

**UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
Curso de Psicologia

Alexandra Dias Galvão Rocha – RA.: T0441G6  
Claudia Rossetti – RA.: T0401H9  
Giorgia Tamara Martins – RA.: G284836  
Marília do Amaral Altenfelder Silva – RA.: T055EG3  
Maris Feliciano Crispim Leite – RA.: T040DI5

**CAMINHOS DA ARTETERAPIA PARA RESSIGNIFICAR A VIOLÊNCIA**  
**VIVIDA PELA MULHER DURANTE A INFÂNCIA**

**Campus Chácara Santo Antônio III**  
**São Paulo – 2025**

**UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
Curso de Psicologia

Alexandra Dias Galvão Rocha – RA.: T0441G6  
Claudia Rossetti – RA.: T0401H9  
Giorgia Tamara Martins – RA.: G284836  
Marília do Amaral Altenfelder Silva – RA.: T055EG3  
Maris Feliciano Crispim Leite – RA.: T040DI5

**CAMINHOS DA ARTETERAPIA PARA RESSIGNIFICAR A VIOLÊNCIA  
VIVIDA PELA MULHER DURANTE A INFÂNCIA**

Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina de  
Temática de Pesquisa em Psicologia do Curso de  
Psicologia da Universidade Paulista – UNIP, sob  
orientação do Prof.º Me. Gustavo Nascimento.

**Campus Chácara Santo Antônio III**  
**São Paulo – 2025**

## RESUMO

O presente trabalho visa investigar a Arteterapia fundamentada na Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung como uma possibilidade de ressignificação da violência psicológica vivida por mulheres durante a infância. A pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativo, teve como objetivo compreender de que forma os traumas infantis impactam a vida adulta, manifestando-se em complexos padrões relacionais disfuncionais e sofrimentos psíquicos. A análise teórica considerou conceitos centrais da teoria junguiana, como arquétipos, inconsciente coletivo e processo de individuação, e explorou o potencial transformador da expressão simbólica por meio de recursos artísticos, incluindo mandalas, desenhos, pintura e imaginação ativa. Os resultados apontam que a Arteterapia favorece o acesso e a elaboração de conteúdos inconscientes, promovendo a integração psíquica, a reconstrução da autoestima e o enfrentamento de experiências traumáticas. Além disso, destaca-se sua relevância enquanto prática clínica, oferecendo às mulheres ferramentas de autoconhecimento, expressão emocional e ressignificação de experiências de violência. Conclui-se que a Arteterapia, aliada aos princípios da Psicologia Analítica, constitui-se como uma intervenção eficaz no processo de cura e fortalecimento psíquico de mulheres que vivenciaram traumas na infância.

**Palavras-chave:** Psicologia Analítica. Jung. Arteterapia. Violência Psicológica. Ressignificação. Mulheres.

## ABSTRACT

This study aims to investigate Art Therapy based on Carl Gustav Jung's Analytical Psychology as a potential means of re-signifying the psychological violence experienced by women during childhood. The research, of a bibliographic and qualitative nature, sought to understand how childhood traumas impact adult life, manifesting in complex dysfunctional relational patterns and psychological suffering. The theoretical analysis considered central concepts of Jungian theory, such as archetypes, the collective unconscious, and the process of individuation, and explored the transformative potential of symbolic expression through artistic resources, including mandalas, drawings, painting, and active imagination. The results indicate that Art Therapy facilitates access to and processing of unconscious content, promoting psychic integration, the reconstruction of self-esteem, and the coping with traumatic experiences. Furthermore, its relevance as a clinical practice is emphasized, providing women with tools for self-knowledge, emotional expression, and re-signification of experiences of violence. It is concluded that Art Therapy, combined with the principles of Analytical Psychology, constitutes an effective intervention in the healing process and psychological strengthening of women who have experienced childhood trauma.

**Keywords:** Analytical Psychology. Jung. Art Therapy. Psychological Violence. Resignification. Women.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO  | 6  |
| 2. OBJETIVO GERAL  | 8  |
| 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS   | 9  |
| 4. HIPÓTESES   | 9  |
| 5. JUSTIFICATIVA   | 10 |
| 5.1 Métodos  | 11 |
| 5.2 Sujeitos   | 11 |
| 5.3 Instrumentos   | 11 |
| 5.4 Aparatos   | 12 |
| 6. DESENVOLVIMENTO   | 13 |
| 6.1 Resultados   | 25 |
| 6.1.1 Convivência Familiar Após a Revelação do Abuso   | 25 |
| 6.1.2 Vida Cotidiana de Meninas Vítimas de Abuso Sexual  | 25 |
| 6.1.3 Repercussões do Abuso Sexual na Vida Adulta  | 26 |
| 6.2 Políticas Públicas e Rede de Apoio   | 27 |
| 6.2.1 Influência Cultural na Violência Infantil  | 28 |
| 6.2.2 Impactos Psicológicos e Necessidade de Conscientização   | 29 |
| 6.2.3 Cenário Atual e Dados Estatísticos   | 29 |
| 6.3 Impactos Da Violência No Desenvolvimento Da Psique   | 32 |
| 6.3.1 A Estrutura da Psique  | 33 |
| 6.3.2 Inconsciente Coletivo  | 33 |
| 6.3.3 Inconsciente Pessoal   | 36 |
| 6.3.4 Consciência e Ego  | 38 |
| 6.3.5 Sombra   | 40 |
| 6.4 Persona: Máscaras da Personalidade   | 41 |
| 6.4.1 Self: Arquétipo da Totalidade  | 42 |
| 6.4.2 Individuação   | 42 |
| 6.4.3 Relação Primal e Desenvolvimento do Ego  | 44 |
| 6.5 Ego e Consequências da Privação de Segurança Infantil  | 45 |
| 6.5.1 Dissociação e Fragmentação Psíquica  | 45 |
| 6.5.2 Relação Primal e Formação do Ego   | 46 |
| 6.6 Self Sombrío e Falso Self: Mecanismos de Defesa Psíquica   | 47 |
| 6.7 Animus: Energia Masculina na Psique Feminina   | 53 |
| 6.8 A Arte como Expressão da Alma e Instrumento Terapêutico: Da Pré-História à Arteterapia Contemporânea | 56 |
| 6.8.1 Nice da Silveira e a Revolução da Arteterapia no Brasil  | 58 |
| 6.8.2 Arteterapia e Individuação: Arte como Caminho Terapêutico  | 60 |
| 6.8.3 O Simbolismo e a Arte de Tecer   | 63 |
| 6.8.4 Tecendo fios da vida através da Arteterapia  | 65 |

|  |    |
|--|----|
| 7. DISCUSSÃO   | 73 |
| 8. CONCLUSÃO   | 79 |
| 9. REFERÊNCIAS   | 81 |
| ANEXOS   | 90 |
| Anexo A - Primeira Ala da Mesa; Pré-História à Roma Clássica.                    | 90 |
| Anexo B - Segunda Ala da Mesa; Mulheres Sábias e Lidertes Antigas.               | 91 |
| Anexo C - Terceira Ala da Mesa; Da Revolução Americana à Revolução das Mulheres. | 92 |
| Anexo D - O Conto “A Moça Tecelã”.   | 93 |

## 1. INTRODUÇÃO

A violência psicológica vivida pela mulher durante a infância é o objeto de estudo deste trabalho. Diante das dificuldades e conflitos observados no convívio social, buscaremos compreender se a violência psicológica vivenciada na infância poderia ter alguma relação com as dificuldades enfrentadas ao longo da vida. Consideramos ser importante a discussão acerca desse tema em virtude de suas graves consequências e reflexos na vida do indivíduo e, portanto, da sociedade.

Segundo Jellen *et al.* (2011), a violência psicológica tem sido considerada um ponto central do abuso infantil e da negligência. Claussen *et al.* (2012) afirmam que esse tipo de violência pode causar mais danos ao desenvolvimento infantil do que a violência física. Os possíveis efeitos da convivência com violência psicológica na infância são enumerados por diversos estudiosos, como a incapacidade de aprender, dificuldade em construir e manter relações interpessoais satisfatórias, comportamentos e sentimentos inapropriados frente a circunstâncias normais, humor depressivo e tendência ao desenvolvimento de sintomas psicossomáticos (ABRANCHES, 2011).

A violência contra a criança vem aumentando de maneira alarmante, e a dificuldade em se diagnosticar a violência psicológica agrava o problema.

Em termos quantitativos, torna-se ainda mais evidente o quanto a violência contra crianças é uma urgência global.<sup>4,7</sup> Um estudo de revisão sistemática estimou que, em 2014, aproximadamente 1 bilhão de crianças, o equivalente a quase metade da população mundial dessa faixa etária, havia sofrido violência física, sexual ou PSICOLÓGICA. (Sartori, *et al.*, 2023, grifo nosso).

Como objetivos específicos buscaremos compreender a existência de possíveis traumas ocorridos no processo do desenvolvimento da personalidade que venham a acarretar a reprodução do comportamento violento na vida da mulher adulta; averiguar a existência da influência social e cultural na prática da violência psicológica contra a criança no ambiente familiar e a possibilidade de ressignificar através da arteterapia as consequências da violência sofrida na infância.

O presente projeto de pesquisa trabalhará com as hipóteses de que a violência psicológica pode gerar traumas e mecanismos de defesa durante o desenvolvimento da personalidade, podendo ser reproduzida de forma inconsciente

o que foi vivenciado na infância, ocorrendo independentemente do nível social e cultural. Nos últimos anos, diversas pesquisas têm demonstrado a prevalência da violência psicológica e moral, superando a violência física.

Este trabalho pretende examinar os diversos aspectos da violência psicológica e moral contra as mulheres no Brasil da contemporaneidade, analisando dados estatísticos, pesquisas científicas e o impacto das políticas públicas implementadas entre 2014 e 2024. O objetivo é oferecer uma compreensão aprofundada dos mecanismos dessa violência, suas consequências e as estratégias de enfrentamento, destacando a importância de intervenções eficazes e uma conscientização social mais ampla. Compreender e combater a violência psicológica e moral é essencial para garantir a saúde mental, a dignidade e os direitos das mulheres. Teria origem em situações de vivências de abusos psicológicos ocorridos na infância?

De acordo com informações do Instituto Data Senado, de novembro de 2023, em parceria com Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), foram divulgados pela Procuradoria da Mulher do Senado, a décima Pesquisa Nacional De Violência contra a mulher. Nesta aferição realizada com mulheres de todo o Brasil, foram entrevistadas mais de 34.000 mulheres, em 10 anos de pesquisa. Devemos lembrar que esse período engloba a pandemia de Covid 19. O resultado desse estudo demonstra estabilidade nos números da violência estrutural contra a mulher. A pesquisa de 2023, foi respondida por mais de 21.000 mulheres, o que tornou este o maior estudo sobre violência doméstica já realizado no Brasil, apenas com mulheres. Segundo Isabela Lima, chefe do Serviço de pesquisa e análise do Data Senado, a manutenção dos indicadores demonstra que o assunto merece atenção de toda a sociedade, principalmente para conscientizar que agressão não é uma conduta natural.

O levantamento aponta que três a cada dez brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por homens. E quanto menor a renda, maior a chance de a mulher sofrer violência doméstica, diz o estudo. Mais de 25,4 milhões de brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por homem em algum momento da vida, segundo o DataSenado. Desse total, 22% declararam que algum desses episódios de violência ocorreu nos últimos 12 meses. A pesquisa apontou que a violência psicológica é a mais recorrente (89%), seguida pela moral (77%), pela física (76%), pela patrimonial (34%) e pela sexual (25%). As mulheres com menor renda são as que mais sofrem violência física, diz o estudo. Cerca de metade das agredidas (52%) sofreram violência praticada pelo marido ou companheiro, e 15%, pelo

ex-marido, ex-namorado ou ex- companheiro. (Agência Senado, 2023).

No decorrer no nosso trabalho mostraremos outros detalhes da evolução da postura das mulheres em relação a demora em fazer a denúncia das situações em que foram vítimas de violência e através de recursos da arteterapia, buscaremos uma forma de expressão de acessar os conteúdos vividos na infância, possibilitando assim a identificação, a compreensão e a ressignificação de tais conteúdos durante o processo de análise.

A fundamentação teórica para o desenvolvimento deste estudo, bem como toda sua argumentação, será fundamentada pela Psicologia Analítica e autores da Arteterapia sob enfoque junguiano.

A abordagem desenvolvida por Carl Gustav Jung, utiliza-se de vários recursos de expressão além do discurso verbal, tais como sonhos, mitos de diversas culturas, contos de fada, imaginação ativa, materiais artísticos como pinturas, mandalas, desenhos, esculturas em argila. Tais recursos proporcionam, a partir de seu potencial imaginativo, que conteúdos inconscientes venham à consciência. Através destes diversos recursos mencionados, o analisando consegue representar simbolicamente o seu sofrimento psíquico, auxiliando o analista a compreender suas dores e angústias em decorrência da violência psicológica vivenciada.

O trabalho da Dra. Nise da Silveira, comprovado e reconhecido no hospital psiquiátrico Engenho de Dentro, nos servirá de inspiração.

Do ponto de vista metodológico trata-se de um trabalho qualitativo, de análise bibliográfica acerca do referencial teórico da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e autores da Arteterapia sob enfoque junguiano.

Reconhecer e combater a violência psicológica e moral na infância e seus reflexos na vida adulta é uma missão que nos chama a todos. Em um mundo onde o abuso pode ser disfarçado de amor, a conscientização sobre esse tipo de violência é o primeiro passo para a emancipação e a dignidade das mulheres na vida adulta.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Caminhos na arteterapia para ressignificar a violência psicológica vivida pela mulher durante a infância.

### **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Averiguar a existência da influência social e cultural na prática da violência psicológica contra a criança no ambiente familiar.
2. Apurar a existência de possíveis traumas ocorridos no processo do desenvolvimento da personalidade, que venham a acarretar a reprodução do comportamento violento na vida da mulher adulta.
3. Tratar através da arteterapia, sob a luz da psicologia analítica, as consequências da violência sofrida na infância.

### **4. HIPÓTESES**

A violência psicológica pode gerar traumas e mecanismos de defesa ao longo do desenvolvimento da personalidade, o que, por consequência, pode levar à reprodução de comportamentos violentos na vida adulta. Esse tipo de violência ocorre independentemente do nível social ou cultural, uma vez que muitas pessoas tendem a reproduzir, de forma inconsciente, as experiências vivenciadas durante a infância.

Nas classes menos favorecidas, possíveis gatilhos para o surgimento da violência psicológica incluem a falta de perspectiva de futuro, a privação de condições básicas de sobrevivência, as dificuldades financeiras e as precárias condições de trabalho. Já nas classes mais favorecidas, fatores como o excesso de compromissos e as altas expectativas dos pais em relação ao desempenho intelectual e profissional dos filhos, que são frequentemente voltadas à manutenção ou à elevação do status social, também podem desencadear comportamentos de agressão psicológica.

Nesse contexto, as expressões artísticas, como desenhos, pinturas e contos de fadas, utilizadas em sessões de arteterapia, constituem recursos valiosos para o acesso a conteúdos emocionais vivenciados na infância. Ao serem trazidos à consciência, tais conteúdos podem ser identificados, compreendidos e ressignificados durante o processo de análise. O trabalho da Dra. Nise da Silveira,

fundamentado na psicologia junguiana, serviu como principal inspiração para essa abordagem.

## **5. JUSTIFICATIVA**

Consideramos ser importante a discussão acerca da violência psicológica sofrida na infância, em virtude de suas graves consequências e reflexos na vida do indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade. Diante das dificuldades e conflitos observados no convívio social, buscamos compreender se a violência psicológica vivenciada na infância poderia ter alguma relação com as dificuldades enfrentadas ao longo da vida, tais como: agressividade, insegurança, baixa autoestima, excessiva sensibilidade à crítica, passividade e perfeccionismo.

A violência psicológica pode ser tão sutil que dificulta sua correta identificação e não deixa marcas visíveis como na violência física. Até o momento há poucos dados estatísticos sobre a ocorrência da violência psicológica na infância, ainda que as consequências sejam graves, envolvendo sentimentos, tais como: rejeição, desrespeito, depreciação, humilhação, entre outros.

O tema é importante para a formação do profissional de psicologia, devido a alta frequência de pacientes com traumas decorrentes de violências psicológicas vividas na infância. Este estudo contribuirá no atendimento aos pacientes, respaldado pela teoria da psicologia analítica através dos recursos da arteterapia no tratamento, pois, de acordo com Maciel e Carneiro (2012), a prática da Arteterapia consiste em um processo criativo e integrador, no qual o indivíduo busca religar as partes fragmentadas de sua alma, alcançando um estado de completude. Para os autores, somente quando estamos inteiros é possível alcançar a saúde, a cura e a paz interior, pois a inteireza representa plenitude, sacralidade e perfeição.

Através deste trabalho teremos a oportunidade de contribuir com os pais, com a família e com a própria criança, proporcionando reflexões a respeito do tema proposto.

Em termos acadêmicos, a contribuição pode se estender para a formação de outros profissionais da área da saúde que terão ampliadas suas possibilidades de atendimento, beneficiando profissionais e pacientes.

Buscaremos as melhores práticas e os resultados mais expressivos através da arteterapia com base na abordagem Junguiana com o intuito de ressignificar o sofrimento da mulher causado pela violência psicológica ao longo da vida.

### 5.1 Métodos

Para esta pesquisa, optamos por seguir o modelo de pesquisa bibliográfica, que consiste na realização de um estudo voltado à compreensão da violência psicológica e de suas implicações no desenvolvimento humano, bem como na análise do papel da arteterapia como recurso terapêutico dentro da perspectiva da psicologia analítica. A pesquisa foi desenvolvida de forma descritiva, com o objetivo de identificar e compreender as principais contribuições teóricas sobre o tema, analisando as obras de Carl Gustav Jung, de autores pós-junguianos e de estudiosos que tratam da arteterapia enquanto instrumento de ressignificação e integração psíquica.

### 5.2 Sujeitos

Este estudo adota como método a pesquisa exploratória qualitativa de cunho bibliográfico, o que significa que as investigações foram realizadas a partir da análise de livros, artigos científicos, teses e outros materiais acadêmicos disponíveis em diferentes acervos. A pesquisa busca compreender os impactos da violência psicológica no desenvolvimento da personalidade e analisar de que forma a arteterapia, fundamentada na psicologia analítica, pode contribuir para o processo de reconhecimento, compreensão e ressignificação de conteúdos emocionais decorrentes dessas experiências.

### 5.3 Instrumentos

Para a construção teórica do trabalho, foram utilizados artigos científicos recentes e pesquisas realizadas em plataformas científicas, tais como SciELO (Scientific Electronic Library Online), portal de periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira e Google Acadêmico. Além disso, foram consultados livros da Obra

Completa de Carl Gustav Jung e obras de autores contemporâneos que abordam o papel da arteterapia, com base na Psicologia Analítica de Jung.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram realizados encontros presenciais com os integrantes do grupo, no mesmo campus supracitado, além de reuniões virtuais por meio de vídeo chamadas. A escrita da monografia foi realizada por meio de um documento virtual compartilhado entre os integrantes do grupo.

#### 5.4 Aparatos

Utilizamos como principal aparato os computadores dos membros do grupo, para realizarmos a grande parte das buscas necessárias, além dos computadores foi utilizado Tablets e celulares pessoais. O acesso à internet fez com que fosse possível a busca acadêmica em sites como Scielo, Google Acadêmico e Academia.edu. Utilizamos também a biblioteca localizada no campus Chácara III da Universidade Paulista.

## 6. DESENVOLVIMENTO

A violência psicológica e física contra a mulher é um fenômeno histórico, cultural e social que tem suas raízes em várias sociedades ao longo do tempo. A compreensão científica e histórica desse tipo de violência revela que ela não é um evento novo, mas sim uma prática que evoluiu e se manifestou de diferentes formas ao longo dos séculos.

Durante grande parte da antiguidade clássica, particularmente na Grécia, prevaleceu a ideia de um único sexo, com o masculino considerado o padrão normativo. As diferenças sexuais eram vistas mais como variações ou imperfeições do padrão masculino, e não como categorias distintas com características próprias.

Os papéis sociais eram rigidamente definidos. Os homens eram responsáveis pela vida pública e política, enquanto as mulheres eram condicionadas ao espaço privado, com ênfase na maternidade e nas tarefas domésticas. A diferença entre os sexos era frequentemente justificada por uma visão biologicamente determinista, que considerava as mulheres como inferiores e passivas.

Em Roma, muitos dos conceitos da Grécia antiga foram mantidos, mas com algumas adaptações. O conceito de gênero ainda estava profundamente enraizado em ideias de superioridade masculina e submissão feminina. No entanto, havia uma maior flexibilidade em alguns aspectos do comportamento feminino, com algumas mulheres exercendo influência na vida pública através de papéis como matronas e patronas. A ideologia romana reforçava a ideia de que os homens eram superiores, com a virilidade e a capacidade de liderar sendo aspectos centrais da identidade masculina. As mulheres, por outro lado, eram associadas à fragilidade e à subordinação.

A medicina antiga, influenciada por pensadores como Hipócrates e Galeno, frequentemente reforçava a ideia de diferenças sexuais como baseadas em características biológicas fixas. A teoria humoral, por exemplo, atribuía à mulher um equilíbrio diferente de fluidos corporais, o que era interpretado como justificativa para sua posição social inferior.

Filósofos como Aristóteles, perpetuaram a visão de que as mulheres eram inferiores aos homens. Aristóteles argumentava que a mulher era uma "versão incompleta" do homem e, portanto, estava destinada a um papel subordinado. Essa visão filosófica influenciou a legislação e a prática social em várias civilizações.

A compreensão antiquada de gênero e sexualidade levou à exclusão sistemática das mulheres de muitas esferas de poder e influência, limitando suas oportunidades e direitos. A legislação refletia essas ideias, restringindo direitos legais, econômicos e políticos das mulheres.

As ideias sobre gênero e sexualidade da antiguidade clássica continuaram a influenciar a cultura e a legislação europeia durante a Idade Média e até mesmo em períodos mais recentes, moldando a forma como as mulheres foram percebidas e tratadas ao longo da história.

Cabe salientar, porém, que o presente panorama sobre esta violência não se encontra apenas no cenário hodierno, tendo seus primórdios há muito séculos. Na antiguidade clássica, as concepções sobre gênero e sexualidade desempenharam um papel crucial na definição das funções e status das mulheres na sociedade. O entendimento e a representação das diferenças sexuais durante esse período influenciaram significativamente as estruturas sociais e políticas das civilizações antigas.

Na antiguidade clássica, as concepções de gênero e sexualidade eram profundamente influenciadas por uma visão hierárquica e biologicamente determinista que colocava os homens em uma posição superior. Essas ideias estruturaram a vida social e política das civilizações antigas e tiveram um impacto duradouro na percepção e tratamento das mulheres ao longo da história.

O documento do Núcleo Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2014), oferece uma visão abrangente sobre a violência contra a mulher, abordando tanto aspectos históricos quanto dados científicos sobre a violência psicológica e física desde a infância até a vida adulta.

O movimento feminista, iniciado no século XIX, buscou a igualdade de direitos civis, sociais, políticos e humanos para as mulheres. No Brasil, o feminismo evoluiu ao longo de três épocas distintas, refletindo mudanças sociais e teóricas no tratamento das questões de gênero.

No final do século XIX o movimento feminista ou sufragista, começou na Inglaterra e nos EUA com a luta pelo direito ao voto para as mulheres. Este movimento buscava a emancipação das mulheres em relação a direitos contratuais e de propriedade, incluindo o direito de escolher um cônjuge e o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

No Brasil, o movimento ganhou força nas décadas iniciais do século XX. Em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto durante o governo Vargas. Contudo, até 1945, as mulheres precisavam da autorização de um homem (pai, irmão ou marido) para acessar a educação e o mercado de trabalho.

O período Pós-Segunda Guerra Mundial, trouxe novos estudos que analisaram a condição das mulheres na sociedade e expuseram desigualdades e opressões. Em 1975, a antropóloga Gayle Rubin resgatou o conceito de gênero, desafiando a visão naturalizada das diferenças entre os sexos como determinantes para desigualdades sociais. Rubin e outros estudiosos começaram a tratar o gênero como uma construção social e política, não apenas biológica. No Brasil, durante o regime militar, surgiram os primeiros estudos acadêmicos sobre a opressão feminina, como o trabalho de Heleieth Saffioti, que analisou a condição das mulheres numa sociedade de classes, oferecendo uma perspectiva marxista.

A partir da década de 1980, estudos avançaram, focando na construção teórica do gênero. Destacam-se três estudos relevantes sobre a construção social do gênero. Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise* (1986), utiliza o conceito de gênero para explorar como as relações entre os sexos são construídas socialmente e mantidas de forma desigual, privilegiando o masculino. Ela enfatiza que o gênero é um elemento crucial na constituição das relações sociais e do poder. Thomas Laqueur, em *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001), argumenta que a diferença sexual é uma construção social. Na antiguidade, acreditava-se que existia um único sexo masculino, e a noção de diferença sexual foi usada para justificar desigualdades sociais. A partir do século XVIII, o discurso biológico passou a enfatizar as diferenças entre os sexos, reforçando papéis tradicionais para mulheres e limitando sua participação na esfera pública. Judith Butler, em *Problemas de gênero* (1990), critica a visão essencialista do gênero, propondo que ele seja uma performance social e não uma identidade fixa. Butler argumenta que a identidade de gênero é um processo fluido, sujeito a transformações culturais, e que a performance de gênero consiste na repetição estilizada de comportamentos dentro de um roteiro culturalmente definido.

O feminismo no Brasil, influenciado por diversas épocas e contribuições teóricas, continua a lutar pela igualdade de gênero. As fases do feminismo refletem a evolução das lutas e dos conceitos relacionados aos direitos das mulheres, desde

o sufragismo até a análise crítica das construções sociais do gênero.

Para ilustrar essa longa passagem de tempo, na qual se perdem nomes e ações de muitas mulheres, apresentamos a obra de arte O JANTAR (The Dinner Party - Restoring Women to History), de 2014, que se propõe a resgatar as presenças de mulheres esquecidas à história, pois se construiu uma narrativa que por milênios excluiu e até mesmo removeu mulheres como sujeitos históricos.

O termo restaurar, incluído no título, traz acepções como restituir ao poder, reparar, consertar, que nos levam a pensar que a mulher teve poder em algum momento, sofreu perdas e, atualmente, está em meio à busca da reparação e/ou conserto dos prejuízos ocorridos.

Judy Chicago, após estudar sobre a presença feminina na História, declara ter percebido que seu estudo apontou que as mulheres possuem uma herança rica, mas amplamente desconhecida. A informação que descobri tornou-se a base do The Dinner Party, que é uma história simbólica das mulheres na Civilização Ocidental e um tributo às diversas aquisições das mulheres, mesmo em face de difíceis circunstâncias.

O Jantar é, amplamente, considerada como a primeira obra de arte épica feminista, ou seja, uma obra que narra ações heroicas das mulheres. Homenageia 1308 mulheres que tiveram importantes papéis ao longo da história, muitas das quais tiveram seus nomes esquecidos, apagados, ou menos valorizados em relação a feitos masculinos. Na mesa triangular, em um dos lados, estão nomes femininos de deusas e personagens históricos da pré-história, até o império romano. No segundo segmento, em ordem cronológica, estão nomes que remontam aos primórdios do cristianismo até a Reforma. No último lado do triângulo estão nomes que vão da revolução americana até o movimento feminista.

Em cada um dos lugares, há uma toalha de linho com o nome da homenageada bordado em dourado, um prato feito à mão com formas de borboletas ou vulvas, que evocam os feitos de cada uma das homenageadas, cálices dourados e talheres. Cada lugar é renderizado em um estilo apropriado para a mulher individual que está sendo homenageada.

A seleção dos 999 nomes femininos que a artista escolheu, com uma equipe de outras mulheres, foi decidida por três critérios: a mulher fez uma contribuição valiosa para a sociedade; ou, ela tentou melhorar as condições para as mulheres;

ou, sua vida/trabalho exemplificou um aspecto significativo da história das mulheres ou forneceu um modelo para uma sociedade mais igualitária.

Hoje, a instalação encontra-se permanentemente exposta no Museu do Brooklyn, em Nova Iorque. O espectador é convidado a vivenciar a sensação de que o banquete está apenas aguardando a chegada das ilustres mulheres para ser servido. A seguir, são apresentados alguns exemplos de mulheres escolhidas em cada uma das temáticas representadas na obra.

Na Primeira Ala da Mesa, que aborda o período da Pré-História à Roma Clássica, a Pré-História é representada pela presença da Deusa Primordial, seguindo-se uma sequência cronológica que culmina com o desenvolvimento do judaísmo (ANEXO A).

Na Segunda Ala, cuja temática compreende o período do Cristianismo à Reforma, são retratadas as primeiras sociedades gregas até o Império Romano, evidenciando o declínio do poder feminino, simbolizado pelo jogo de mesa dedicado à Hipácia. Esse mesmo conjunto também apresenta mulheres que representam as primeiras expressões da luta por igualdade de direitos, como Marcella e Anna van Schurman (ANEXO B).

A Terceira Ala, denominada “Da Revolução Americana à Revolução das Mulheres”, inicia-se com a figura de Anne Hutchinson e percorre o movimento sufragista e o processo de ampliação da expressão criativa e individual das mulheres, culminando na representação de Georgia O’Keeffe.

Por fim, são apresentadas as pioneiras do saber e da arte, reunindo figuras femininas que consolidaram os avanços conquistados ao longo da história e simbolizam a continuidade da luta e da criação feminina, como Artemisia Gentileschi, Mary Wollstonecraft, Virginia Woolf e Georgia O’Keeffe, entre outras (ANEXO C).

De acordo com o livro *Judiciário da mulher* (TJDFT, 2014), durante a adolescência, a violência contra a mulher pode se manifestar de diversas formas, influenciadas pela socialização, normas culturais e dinâmicas familiares. A violência psicológica que o adolescente pode sofrer, inclui críticas constantes, controle excessivo e manipulação emocional. Esses comportamentos prejudicam a autoestima e o desenvolvimento psicológico.

Muitos adolescentes entram em relacionamentos abusivos, onde experiências

de controle e abuso são normalizadas. A violência emocional pode se manifestar através de ciúmes excessivos, controle sobre amizades e atividades, e manipulação emocional.

O ambiente familiar pode exacerbar ou minimizar a violência. Adolescentes que testemunham violência doméstica podem internalizar comportamentos abusivos como normais ou aceitáveis.

À medida que a jovem transita para a vida adulta, a violência pode se manifestar de maneira mais complexa e profundamente enraizada. A violência física e psicológica pode se intensificar. A violência física inclui agressões como socos, chutes e outros tipos de abuso físico. A violência psicológica se manifesta através de ameaças, isolamento social, e controle coercitivo.

A mulher pode experimentar ciclos de violência, onde fases de calma são seguidas por episódios de abuso. Esses ciclos são muitas vezes difíceis de quebrar e podem ser reforçados por promessas de mudança e remorso temporário por parte do agressor.

O abuso contínuo pode levar a sérios problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). A saúde física também é afetada, com riscos aumentados de lesões e doenças relacionadas ao estresse.

Vários fatores contribuem para a persistência da violência contra a mulher ao longo da vida adulta, como é o caso das normas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e a tolerância à violência contra a mulher ajudam a manter os padrões abusivos.

Muitas mulheres enfrentam dificuldades em relatar abuso devido ao medo de retaliação, estigmatização, ou falta de apoio adequado.

A dependência financeira do parceiro abusivo e a falta de redes de apoio podem dificultar a saída de situações abusivas.

Segundo (TJDFT, 2014), também é destacada a importância de medidas e intervenções para enfrentar a violência desde a adolescência, como educação e conscientização como no caso de programas educacionais que abordam a violência de gênero desde a adolescência são essenciais para prevenir abusos e promover relacionamentos saudáveis. Acesso a serviços de apoio psicológico, jurídico e social é crucial para ajudar as vítimas a romperem o ciclo de violência e reconstruir suas

vidas.

Implementação de políticas públicas eficazes que abordem a prevenção e resposta à violência, e promovam a igualdade de gênero.

A violência contra a mulher, desde a adolescência até a vida adulta, é um problema complexo e multifacetado que exige uma abordagem integrada e contínua. A compreensão dos padrões e das manifestações da violência é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

A violência contra a mulher tem raízes profundas nas sociedades patriarcais antigas. Desde a antiguidade, muitas culturas tratam as mulheres como propriedades, legitimando o controle masculino através da violência física e psicológica.

Códigos legais históricos, como o Código de Hamurabi, permitiam punições físicas às mulheres por desobediência, refletindo uma visão institucionalizada da violência. Desde a infância, as meninas são frequentemente socializadas para aceitar comportamentos abusivos como normais. A violência psicológica, como humilhações e controle, pode começar na casa e escola, moldando a percepção das meninas sobre seus papéis e direitos.

A exposição à violência doméstica durante a infância e adolescência é um precursor significativo para a perpetuação do ciclo de abuso na vida adulta. Crianças que testemunham ou experienciam violência em casa estão em maior risco de se tornarem vítimas ou perpetradores de violência na vida adulta.

A violência contra a mulher se manifesta de várias formas na vida adulta, incluindo abuso psicológico (manipulação emocional, isolamento social) e físico (agressões físicas, violência sexual). Esses abusos muitas vezes têm suas raízes nas experiências de infância e adolescência e tendem a seguir ciclos, começando com comportamentos controladores e psicológicos que podem escalar para violência física. Esse ciclo é frequentemente reforçado por normas culturais e sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

O documento (TJDFT, 2014), oferece dados sobre a prevalência da violência, ressaltando que a violência contra a mulher é um problema recorrente que afeta significativamente a saúde física e mental das vítimas. Estudos mostraram que a violência psicológica pode começar desde a infância e se manifestar de diversas formas ao longo da vida. A exposição a ambientes violentos na infância aumenta a

probabilidade de que as mulheres se tornem vítimas de violência na vida adulta. A violência física e psicológica tem consequências duradouras, impactando a saúde mental, a qualidade de vida e a capacidade de formar relacionamentos saudáveis.

O documento (TJDFT, 2014), destaca a necessidade de intervenções eficazes para interromper o ciclo de violência desde a infância e promover a conscientização sobre os sinais precoces de abuso. É essencial que políticas públicas e programas de suporte reconheçam a violência contra a mulher como um problema sistêmico e abordem tanto a prevenção quanto a intervenção para proteger e apoiar as vítimas desde cedo.

De acordo com o Atlas da Violência de 2019 (IPEA), houve crescimento expressivo no número de homicídios de mulheres no período de 2007 a 2017. Em 2017, houve cerca de treze assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas no país no referido ano, o maior número registrado desde 2007. Outro achado da pesquisa foi quanto ao aumento de 17,1% da taxa de homicídios de mulheres dentro da residência, o que pode ser reflexo do aumento de casos de feminicídios. Ademais, foi identificado o aumento de tais homicídios com uso de arma de fogo, que cresceu 29,8%.

O artigo, revistaft (2023), faz uma retrospectiva histórica sobre como a infância foi percebida ao longo dos tempos. No passado, as crianças eram tratadas como pequenos adultos e expostas a crueldades e violências diversas, sem serem consideradas sujeitos de direitos. A violência sexual contra crianças, por exemplo, era uma prática comum em várias culturas antigas. Apenas a partir do século XX a infância começou a ser vista como uma fase distinta, com direitos específicos.

No Brasil, a evolução dos direitos das crianças começou a ganhar força com a criação do Código de Menores em 1926 e se consolidou com a Constituição de 1988, que reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma legislação avançada que assegura proteção integral a esse grupo. Ainda há um caminho longo no sentido de promover uma maior atenção e ação de ajuda psicológica e assistencial,

direcionada para tratamentos que possam amenizar os efeitos da violência tanto psicológica como física e seus reflexos tanto na infância como na vida adulta.

Segundo o artigo, revistaft (2023), é grave questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, esse artigo destaca que esse tipo de violência é uma

tragédia social com consequências profundas e duradouras. O trauma vivenciado pelas vítimas pode impactar seu desenvolvimento e, sem o devido suporte, elas podem se tornar abusadores no futuro.

Os dados de 2021 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mostram que, entre janeiro e maio, foram registradas 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, representando 17,5% do total de 35 mil denúncias de violências diversas nesse período. A fundação CHILDHOOD, criada no Brasil para combater o abuso e a exploração sexual infantil, estima que 80% das denúncias de violência sexual são de abuso sexual, sendo a maioria dos agressores familiares das vítimas.

Durante a pandemia, o isolamento social agravou a situação, aumentando os casos de abuso devido à maior convivência das vítimas com os agressores, o que dificultou as denúncias, já que muitas vezes eram feitas por intermédio de instituições educacionais.

A violência intrafamiliar, especialmente o abuso sexual, é destacada como um problema sério, com muitos casos não sendo denunciados devido à relação de poder e confiança entre a vítima e o agressor. Esse abuso pode ter consequências devastadoras no desenvolvimento das crianças, podendo levá-las a reproduzir esse comportamento na vida adulta.

Ressalta também a importância de discutir e combater o abuso sexual infantil, protegendo os direitos conquistados ao longo dos anos e garantindo que as vítimas recebam o suporte necessário para superar os traumas. A escola é vista como um ambiente crucial para a prevenção e detecção de abusos, dado que é um espaço onde as crianças podem se sentir seguras para revelar o que estão vivenciando.

O artigo “A Maldição de Eva” , Menin F. et al. (2014), explora como a submissão feminina foi historicamente reforçada por crenças religiosas e estruturas patriarcais. Além disso, o artigo aborda como o medo do feminino esteve presente em diversas sociedades antigas. No contexto histórico, o artigo discute a origem dessa dominação, remetendo à narrativa bíblica do Gênesis, onde Eva é punida com a dor do parto e a submissão ao homem. Esse mito reforçou a ideia

de que a mulher deveria ser controlada e sujeita às regras masculinas, sendo percebida como um ser dependente e inferior. Ao longo dos séculos, essa mentalidade se traduziu em abusos físicos, discriminação e repressão da autonomia

feminina, dificultando o acesso das mulheres à educação, ao poder político e à independência financeira. A dualidade entre masculino e feminino foi construída de maneira hierárquica, associando o homem à razão e ao progresso, enquanto a mulher foi vinculada ao instinto e ao distúrbio. Esse padrão cultural resultou na marginalização feminina, limitando suas oportunidades e autonomia.

O artigo ressalta a ideia de que a própria mulher, ao longo da história, assimilou e reproduziu padrões de dominação que a prejudicavam. Isso ocorreu porque a cultura patriarcal impôs normas tão rígidas que muitas mulheres passaram a internalizar ideais que reforçaram sua inferiorização. Assim, a violência não se manifestou apenas por meio da força física, mas também em uma dimensão psicológica, levando muitas mulheres a se conformar com um papel social submisso.

Menin F. et.al. (2014), enfatiza também a violência intrapsíquica. Trata-se da internalização da opressão patriarcal, na qual as mulheres passam a julgar e reprimir a si mesmas com base em padrões inalcançáveis de beleza, comportamento e sucesso. Esse processo psicológico faz com que muitas mulheres adotem crenças autodestrutivas, limitando suas próprias possibilidades de crescimento e perpetuando a dominação patriarcal sem perceberem.

Além disso, o artigo menciona a figura do animus negativo e do complexo paterno negativo, conceitos que simbolizam a presença de um agente interno sabotador na psique feminina. Esse aspecto se manifesta como uma voz crítica e destrutiva que impõe exigências irreais de perfeição e subordinação, tornando a mulher refém de uma auto imagem fragilizada. Isso leva a consequências como baixa autoestima, insegurança, competitividade entre mulheres e até mesmo transtornos emocionais.

Atualmente, embora muitos avanços tenham sido conquistados por meio dos movimentos feministas, os reflexos dessa estrutura opressora ainda são evidentes. A pressão social para atender a padrões de beleza, a sobrecarga de responsabilidades e a busca constante pela aprovação masculina são algumas formas contemporâneas dessa violência simbólica. Para romper esse ciclo, é fundamental que as mulheres tomem consciência dessas influências internas e externas e reconstruam uma identidade baseada na valorização de sua própria essência.

A superação dessa maldição exige a integração do feminino e do masculino

de maneira equilibrada, permitindo que a mulher desenvolva sua individualidade sem a necessidade de se conformar a modelos patriarcais opressores. A conscientização, o autoconhecimento e o fortalecimento coletivo das mulheres são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo o artigo *Violência Contra Crianças no Cenário Brasileiro* (Scielo, Nunes & Sales, 2016), a violência infantil, especialmente a de caráter psicológico, é uma questão preocupante, sendo frequentemente praticada dentro do ambiente familiar e influenciada por fatores sociais e culturais. Este estudo teve como objetivo analisar a incidência desse tipo de violência no país e compreender sua relação com aspectos estruturais da sociedade. A pesquisa revelou que a negligência é a forma mais comum de maus-tratos contra crianças, representando metade dos casos analisados, seguida pela violência física (33,3%), psicológica (8,3%) e sexual (8,3%) (Nunes & Sales, 2016). O ambiente doméstico se mostrou o local onde a maioria dos abusos ocorre, sendo que, em 75% dos casos, o agressor é um membro da família. Entre os principais responsáveis pelos atos de violência psicológica, a mãe aparece como a figura mais citada, especialmente nos casos de agressões verbais e punições severas. Isso pode estar relacionado ao fato de que, na maioria das famílias, as mulheres acumulam responsabilidades na criação dos filhos e podem estar submetidas a altos níveis de estresse e pressão social (Nunes & Sales, 2016). A pesquisa também destacou que crianças mais novas, especialmente as menores de cinco anos, são mais vulneráveis aos maus-tratos, devido à sua dependência dos cuidadores. Além disso, foi identificado um padrão quanto ao gênero das vítimas: meninos são mais atingidos por agressões físicas e negligência, enquanto meninas são mais frequentemente vítimas de abuso sexual.

A violência psicológica, apesar de menos visível, pode ter consequências graves no desenvolvimento emocional e social da criança, tornando-se um fator de risco para dificuldades emocionais ao longo da vida (Nunes & Sales, 2016). A influência cultural sobre a prática da violência infantil foi um aspecto importante abordado no estudo. Muitas famílias ainda acreditam que a imposição de sofrimento, seja por meio de agressões físicas ou humilhações, é uma estratégia legítima de educação. Essas crenças perpetuam ciclos de violência e dificultam a adoção de práticas mais saudáveis e respeitadas na criação dos filhos.

A normalização desse comportamento dentro de casa faz com que muitas

crianças cresçam em um ambiente marcado pelo medo e pela insegurança, o que compromete seu bem-estar e sua capacidade de se desenvolver plenamente (Nunes & Sales, 2016). Os impactos da violência psicológica na infância podem ser devastadores. Estudos apontam que crianças que sofrem esse tipo de abuso podem apresentar dificuldades na escola, transtornos emocionais como ansiedade e depressão, além de baixa autoestima e problemas de socialização. Em muitos casos, esses traumas persistem na vida adulta, aumentando as chances dessas vítimas reproduzirem comportamentos violentos em seus próprios lares, criando um ciclo contínuo de agressões dentro das famílias (Nunes & Sales, 2016). Diante do cenário, o estudo reforça a necessidade de ações eficazes para combater a violência psicológica infantil. A implementação de políticas públicas que promovam a conscientização sobre os direitos da criança, a capacitação de profissionais da saúde e da educação para identificar sinais de abuso e a criação de redes de apoio para famílias vulneráveis são medidas fundamentais. Além disso, programas que incentivem práticas educativas baseadas no diálogo e na empatia são essenciais para transformar a cultura punitiva presente na sociedade (Nunes & Sales, 2016). É possível concluir que a violência psicológica contra crianças no ambiente familiar está diretamente ligada a fatores culturais e sociais que a perpetuam. Para romper esse ciclo, é necessário um esforço conjunto entre Estado, sociedade e família, garantindo que as crianças cresçam em um ambiente seguro, livre de abusos, e com oportunidades para um desenvolvimento saudável e equilibrado (Nunes & Sales, 2016).

O abuso sexual, também é uma outra forma de violência que influencia psicologicamente a criança, repercutindo na vida adulta. Dentro do contexto familiar também, como foi mencionado anteriormente, é uma das formas mais graves de violência contra a criança e pode gerar consequências devastadoras ao longo da vida da vítima. Esse tipo de violência, por ocorrer em um ambiente que deveria ser de proteção, compromete o desenvolvimento emocional, social e psicológico da criança, podendo resultar em impactos permanentes na vida adulta. O estudo analisado teve como objetivo compreender as repercussões dessa violência em mulheres que sofreram abuso sexual na infância, destacando os principais desafios enfrentados por elas ao longo da vida (Lira et al., 2017). A pesquisa foi desenvolvida com nove mulheres que buscaram apoio em um Centro de Referência da Mulher,

localizado no semiárido de Pernambuco. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas não estruturadas, permitindo que as participantes expressassem livremente suas vivências e sentimentos. A análise dos relatos foi realizada a partir da perspectiva da Sociologia Compreensiva e do Cotidiano, buscando entender como o abuso influenciou a trajetória de vida dessas mulheres e de que forma suas experiências foram processadas ao longo do tempo (Lira et al., 2017).

## 6.1 Resultados

Os resultados foram organizados em três categorias principais, permitindo uma análise sistemática das experiências relatadas pelas participantes. Cada categoria aborda diferentes aspectos do impacto do abuso sexual na vida das vítimas, desde as relações familiares e o cotidiano na infância até as repercussões na vida adulta, evidenciando as consequências emocionais, sociais e psicológicas desses eventos traumáticos.

### 6.1.1 Convivência Familiar Após a Revelação do Abuso

A pesquisa revelou que, na maioria dos casos, a revelação do abuso gerou conflitos familiares significativos, especialmente entre a vítima e a mãe. Muitas das participantes relataram que, após denunciarem o abuso, passaram a sofrer rejeição por parte de suas mães, que se recusaram a acreditar no relato ou as culpabilizam pela situação. Algumas mães adotaram comportamentos agressivos, tanto verbais quanto físicos, direcionando sua frustração para a filha abusada em vez de tomar medidas contra o agressor (Lira et al., 2017). Um dos aspectos mais marcantes encontrados no estudo foi o sentimento de abandono vivenciado pelas vítimas. Muitas relataram que suas mães, ao invés de oferecer apoio, distanciaram-se emocionalmente ou mantiveram a convivência com o abusador. Em alguns casos, a vítima foi obrigada a continuar convivendo com o agressor dentro da mesma casa, aumentando seu sofrimento psicológico e agravando os traumas decorrentes do abuso (Lira et al., 2017).

Outro dado importante foi a dificuldade das famílias em lidar com a denúncia do abuso. A pesquisa mostrou que, em muitas situações, a violência sexual no

ambiente doméstico era tratada com silêncio e omissão, e poucas mães tomavam medidas para proteger suas filhas. Apenas quatro dos casos analisados foram oficialmente denunciados às autoridades, e, mesmo nessas situações, as vítimas nem sempre receberam apoio adequado por parte da família (Lira et al., 2017).

### 6.1.2 Vida Cotidiana de Meninas Vítimas de Abuso Sexual

O estudo apontou que o abuso sexual na infância tem impacto direto na forma como as meninas lidam com sua realidade cotidiana. Uma das consequências mais frequentes foi a fuga do lar, especialmente quando o abuso persiste por anos sem intervenção. Algumas vítimas relataram que, diante do sofrimento constante e da falta de apoio familiar, decidiram fugir de casa em busca de um ambiente menos hostil.

No entanto, a rua nem sempre representava um refúgio seguro, e muitas dessas meninas acabaram expostas a outros tipos de violência, como exploração sexual e uso de drogas (Lira et al., 2017). Outra consequência importante identificada foi a hipersexualização precoce. O estudo mostrou que algumas meninas, após vivenciarem episódios prolongados de abuso, passaram a apresentar comportamentos sexuais considerados inadequados para a idade. Algumas relataram que começaram a buscar ativamente relações sexuais muito cedo, enquanto outras foram forçadas à prostituição ainda na adolescência. Esse comportamento pode ser compreendido como uma tentativa inconsciente de lidar com o trauma e de encontrar algum tipo de controle sobre a própria sexualidade, que foi violada desde a infância (Lira et al., 2017).

A gravidez precoce foi outro fator identificado como consequência do abuso. Em alguns casos, a gravidez foi a única forma de revelar a violência sofrida, já que a presença de um filho forçou a família a encarar a realidade do abuso. No entanto, essas gestações indesejadas geralmente trouxeram ainda mais sofrimento para as vítimas, que se viram obrigadas a lidar com a maternidade em idade extremamente vulnerável e sem suporte emocional ou financeiro (Lira et al., 2017).

### 6.1.3 Repercussões do Abuso Sexual na Vida Adulta

era

Os efeitos do abuso sexual na infância acompanharam as vítimas ao longo de toda a vida adulta. Entre as principais repercussões observadas destacam-se:

1. Problemas emocionais e psicológicos: As vítimas apresentaram altos índices de depressão, baixa autoestima e transtornos de ansiedade. Muitas relataram sentimentos constantes de culpa, vergonha e desesperança, interferindo diretamente em suas relações pessoais e profissionais (Lira et al., 2017).
2. Comportamentos autodestrutivos: Algumas participantes desenvolveram padrões de comportamento autodestrutivo, incluindo automutilação, abuso de substâncias químicas e tentativas de suicídio. O estudo mostrou que a dor emocional causada pelo abuso levou muitas mulheres a buscarem formas extremas de aliviar o sofrimento, mesmo que isso representasse colocar suas próprias vidas em risco (Lira et al., 2017).
3. Dificuldades na esfera sexual e afetiva: A experiência de abuso compromete a forma como essas mulheres lidavam com sua sexualidade na vida adulta. Algumas relataram aversão a homens e dificuldade para estabelecer relacionamentos amorosos, enquanto outras apresentaram comportamentos hipersexualizados. A incapacidade de sentir prazer durante relações sexuais foi um dos problemas mais recorrentes, demonstrando como o trauma do abuso ainda influenciava sua vivência sexual (Lira et al., 2017).
4. Alterações na identidade de gênero: O estudo identificou que algumas vítimas passaram a ter dificuldades em relação à própria identidade de gênero e sexualidade. Algumas relataram aversão ao sexo masculino e preferência por estabelecer relações afetivas e sexuais com mulheres, enquanto outras apresentaram confusão quanto à própria identidade de gênero. Esse dado reforça a complexidade dos impactos emocionais do abuso e a necessidade de acompanhamento psicológico adequado (Lira et al., 2017).

O estudo demonstrou que o abuso sexual infantil no contexto familiar tem impactos profundos e duradouros, afetando todos os aspectos da vida das vítimas. Desde a infância até a vida adulta, as mulheres que passaram por essa experiência

enfrentam desafios emocionais, sociais e psicológicos que comprometem seu bem-estar e sua capacidade de estabelecer relações saudáveis.

## 6.2 Políticas Públicas e Rede de Apoio

A análise dos estudos anteriores evidencia que a violência contra crianças, seja de caráter psicológico, físico ou sexual, representa um problema complexo e profundamente enraizado na sociedade brasileira, influenciado por fatores culturais, familiares e estruturais (NUNES; SALES, 2016; LIRA et al., 2017; TARDIVO, 2014). Os dados oficiais de 2024 reforçam essa realidade alarmante, mostrando elevado número de denúncias e evidenciando a vulnerabilidade das crianças, bem como a insuficiência das medidas de proteção existentes (Fuccia, 2024; MDHC, 2024).

A pesquisa reforça a importância de políticas públicas eficazes para a prevenção do abuso infantil e a necessidade de redes de apoio para vítimas e suas famílias. Profissionais da saúde, assistentes sociais e educadores desempenham um papel fundamental na identificação precoce de casos de abuso e no encaminhamento adequado das vítimas para tratamento especializado. Além disso, como já mencionado anteriormente, é essencial promover mudanças culturais e sociais que combatam a normalização da violência sexual e incentivem práticas de proteção à infância (Lira et al., 2017).

Há a necessidade de uma abordagem sensível e informada ao lidar com crianças vítimas de abuso, ressaltando que a resposta da família e a competência dos profissionais são determinantes no impacto que essas experiências terão no desenvolvimento infantil.

### 6.2.1 Influência Cultural na Violência Infantil

Outra ênfase em relação a violência psicológica contra crianças no ambiente familiar se dá também por fatores de influência cultural. O artigo, 'Violência doméstica contra crianças e adolescentes: discussão a partir de dados da literatura (Tardivo, 2014), analisa a violência psicológica contra crianças no ambiente familiar, enfatizando o papel da cultura na manutenção dessas práticas. A pesquisa descreve diversas formas de agressão emocional, como humilhação, rejeição, ameaças e negligência afetiva, destacando que tais comportamentos podem ter impactos

negativos no desenvolvimento infantil (Tardivo, 2014), assim como foi mencionado anteriormente, mas enfatiza também que a influência cultural é central para entender como a sociedade legitima e reproduz essa violência. Em muitas comunidades, práticas disciplinares severas e o autoritarismo parental são aceitos como métodos adequados de educação, o que pode levar à normalização da violência psicológica (Tardivo, 2014). O estudo aponta que crenças tradicionais e normas culturais moldam a forma como os pais interagem com seus filhos, resultando na aceitação de comportamentos prejudiciais.

Outro aspecto relevante é a transmissão intergeracional da violência. Pais que sofreram agressões emocionais na infância tendem a reproduzir essas mesmas práticas com seus filhos, perpetuando um ciclo de abuso que dificilmente é questionado (Tardivo, 2014). Isso ocorre porque esses padrões violentos estão enraizados na cultura familiar e social, sendo vistos como parte natural da criação infantil. Historicamente, a educação familiar esteve associada a métodos punitivos, nos quais a criança era vista como propriedade dos pais e, portanto, sujeita a castigos físicos e emocionais. Esse modelo é reforçado por normas culturais que legitimam o uso da disciplina severa como forma de educação e correção de comportamentos.

### 6.2.2 Impactos Psicológicos e Necessidade de Conscientização

O artigo também aborda os impactos psicológicos da violência emocional, mencionando consequências como baixa autoestima, transtornos emocionais e dificuldades de socialização, questões já mencionadas anteriormente. Além disso, destaca também a necessidade de políticas públicas e programas de conscientização para educar pais e cuidadores sobre os danos da violência psicológica, sugerindo que a educação parental e o fortalecimento de redes de apoio podem ser estratégias eficazes para combater esse problema (Tardivo, 2014).

Por fim, a pesquisa ressalta a importância de mudanças culturais para reduzir a aceitação social da violência psicológica contra crianças. A desconstrução de práticas abusivas e a promoção de uma educação baseada no respeito e na empatia são fundamentais para proteger o bem-estar infantil e romper com padrões nocivos que atravessam gerações (Tardivo, 2014).

### 6.2.3 Cenário Atual e Dados Estatísticos

Observamos que em 2024 houve o agravamento da vulnerabilidade das crianças, dado confirmado após a divulgação feita pelo CNJ, demonstrando que foram registradas mais de 274 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

De acordo com os dados do artigo Consultor Jurídico de 2024, até 9 de dezembro, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC, 2024) registrou 274.999 denúncias de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, liderando as ocorrências entre grupos vulneráveis (Fuccia, 2024). Essas denúncias foram recebidas através dos canais Disque 100, Ligue 180 e aplicativo DH Brasil, não incluindo queixas feitas diretamente aos números 190, 197 e 181 da Polícia Militar, Polícia Civil e Disque-denúncia, respectivamente (Fuccia, 2024). As denúncias de violência contra crianças e adolescentes representaram 37,83% das 618.500 demandas recebidas pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC, 2024).

Os dez estados com maior número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes foram: São Paulo (80.416), Rio de Janeiro (34.414), Minas Gerais (28.380), Rio Grande do Sul (14.014), Bahia (13.424), Santa Catarina (11.100), Paraná (10.845), Pernambuco (10.032), Ceará (7.517) e Goiás (7.332) (Fuccia, 2024). Entre os 15 municípios com mais queixas, destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus, Brasília, Salvador, Fortaleza, Recife, Campinas, Guarulhos, Campo Grande, Duque de Caxias, Porto Alegre, Nova Iguaçu e Curitiba (Fuccia, 2024).

Apesar do elevado número de denúncias, o país conta com apenas 11 varas especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, com um total de 475 processos baixados e 1.320 pendentes, resultando em uma taxa de congestionamento de 74% (Fuccia, 2024). “A impunidade dos agressores envia a mensagem de que a violência é tolerada, incentivando sua prática. A naturalização da violência sexual, muitas vezes silenciada ou minimizada, também contribui para sua perpetuação. O medo, a vergonha ou a falta de confiança nas autoridades impedem muitas de prevenção e combate à violência, criação de mais varas

especializadas, fortalecimento dos órgãos de proteção e incentivo às denúncias (Fuccia, 2024).

Visando minimizar o atual cenário, o artigo defende a ampliação das políticas públicas de prevenção e combate à violência, com foco na educação, no apoio às famílias e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ele também propõe a criação de mais varas especializadas, o fortalecimento dos órgãos de proteção e o incentivo às denúncias.

De acordo com os artigos apresentados, observamos que a violência contra crianças, em especial a de caráter psicológico e sexual, representa um problema complexo e alarmante na sociedade brasileira. A análise dos estudos de Nunes & Sales (2016), Lira et al. (2017) e Tardivo (2014) evidencia que a violência infantil, em suas diversas formas, ocorre predominantemente no ambiente familiar, sendo influenciada por fatores culturais, sociais e estruturais. Essa realidade expõe a vulnerabilidade das crianças e reforça a necessidade urgente de estratégias eficazes para enfrentar esse problema.

A violência psicológica, apesar de muitas vezes ser menos visível do que a violência física ou sexual, pode causar impactos igualmente devastadores. A negligência, a humilhação, as punições severas e as agressões verbais prejudicam o desenvolvimento emocional e social das crianças, aumentando os riscos de dificuldades emocionais ao longo da vida. O estudo de Nunes & Sales (2016) revelou que a negligência é a forma mais comum de maus-tratos, seguida pela violência física e psicológica, demonstrando como o ambiente familiar pode se tornar um espaço de sofrimento para muitas crianças. No caso da violência sexual, os impactos são ainda mais profundos e duradouros. O estudo de Lira et al. (2017) destacou como o abuso sexual na infância afeta as vítimas ao longo da vida adulta, gerando dificuldades emocionais, sociais e psicológicas. Muitas mulheres que sofreram abuso na infância enfrentam rejeição familiar após a denúncia, o que agrava ainda mais os traumas vivenciados. A perpetuação do silêncio e a negligência por parte da família contribuem para que a vítima continue vulnerável e sem o suporte necessário para lidar com as consequências do abuso. As repercussões do abuso na vida adulta incluem depressão, transtornos de ansiedade, dificuldades de socialização, comportamento autodestrutivo e problemas na esfera sexual e afetiva. Esses fatores evidenciam a gravidade do abuso infantil e a

necessidade de políticas públicas eficazes para oferecer suporte às vítimas e interromper o ciclo de violência.

Outro ponto crucial abordado pelos estudos é a influência cultural na perpetuação da violência psicológica e sexual. Tardivo (2014) aponta que normas culturais e crenças tradicionais reforçam a aceitação de práticas abusivas dentro das famílias, visto que a disciplina punitiva ainda é amplamente aceita em diversas famílias. Muitos pais que foram vítimas de violência emocional na infância tendem a reproduzir essas práticas com seus filhos, o que cria um ciclo de abuso que atravessa gerações. Além disso, a normalização da disciplina punitiva e a crença de que o sofrimento é um meio legítimo de educação dificultam a adoção de práticas mais saudáveis e respeitadas na criação dos filhos.

Diante desse cenário, é imprescindível que sejam adotadas medidas para romper esse ciclo de violência e proteger as crianças. A implementação de políticas públicas voltadas para a conscientização dos direitos infantis, a capacitação de profissionais para identificar sinais de abuso e a criação de redes de apoio para famílias vulneráveis são fundamentais para combater a violência infantil. Além disso, programas que incentivem práticas educativas baseadas no diálogo, na empatia e na valorização do respeito são essenciais para transformar a cultura punitiva enraizada na sociedade.

A violência contra crianças não pode ser encarada como um problema isolado ou de responsabilidade exclusiva da família. É necessário um esforço conjunto entre Estado, sociedade e família para garantir que todas as crianças cresçam em um ambiente seguro, livre de abusos, e com oportunidades para um desenvolvimento saudável e equilibrado. A desconstrução de crenças culturais que legitimam a violência infantil e a promoção de uma educação baseada no afeto e no respeito são passos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e humana, onde os direitos das crianças sejam plenamente respeitados e protegidos.

Ainda há muito a ser feito em relação a medidas punitivas contra a violência infantil, os dados apresentados são alarmantes.

### 6.3 Impactos Da Violência No Desenvolvimento Da Psique

Após o entendimento acerca da violência e os diversos contextos em que ela

ocorre, será abordada a seguir, a forma como ela impacta o desenvolvimento da personalidade durante a infância e suas consequências na vida adulta. Para tanto, nos debruçamos sobre o desenvolvimento da psique segundo a Psicologia Analítica e seus conceitos necessários à compreensão do surgimento de possíveis mecanismos de defesa.

Como descrita por Carl Gustav Jung (2013d, p. 102) “[...] a psique é algo preexistente e transcendente. Poder-se-ia designá-la, à maneira de Du Prel, como o ‘sujeito transcendental’”. Totalidade de todos os processos psíquicos, “[...] seria antes o caso de dizer que a psique forma um todo consciente-inconsciente” (JUNG, 2013c, p.148 Grifos do autor). É um espaço não-físico com uma realidade própria.

Essencialmente simbólica, é o “todo” carregando em si pensamentos, sentimentos e comportamentos que podem ser ao mesmo tempo conscientes e inconscientes. Importante saber que a psique, cujo potencial energético é constante, é um sistema autorregulador (Cf. JUNG, 2013c, p. 25).

Ocorre certa mudança logo que a criança começa a desenvolver a consciência do próprio “eu”, o que fica documentado exteriormente, entre outras coisas, por começar ela a dizer “eu”. Normalmente ocorre essa mudança entre três e cinco anos de idade, mas pode dar-se também antes. A partir desse momento, podemos dizer que já existe uma psique individual. Mas a psique individual costuma atingir uma relativa independência apenas após a puberdade, enquanto que até aí continua sendo, em grau elevado, joguete dos impulsos e das condições ambientais. (2013d, p.62).

### 6.3.1 A Estrutura da Psique

A psique é dividida em três níveis, a saber: o inconsciente coletivo, o inconsciente pessoal e a consciência (Cf. JUNG, 2013c, p. 96). O inconsciente coletivo é o primeiro elemento a fazer parte da estrutura psíquica do indivíduo; pré-existente, ele não se desenvolve de maneira individual. É intemporal, herança espiritual da evolução da humanidade. Nele estão contidos conhecimentos e experiências ancestrais e estamos todos imersos no mesmo inconsciente coletivo (Cf. JUNG, 1985, p.36). Ele utiliza-se de símbolos para se manifestar, gerando sonhos, fantasias, visões, emoções e ideias grotescas e seus conteúdos são experienciados como estranhos ao ego, algo numeroso, divino (Cf. JUNG, 2014a, p.283).

### 6.3.2 Inconsciente Coletivo

Para Jung, o inconsciente coletivo é a camada mais profunda da psique onde os conteúdos são os arquétipos e os instintos (Cf. JUNG, 2014a, p.12). “O inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, mas é herdado. Ele consiste de formas preexistentes, os arquétipos, que só secundariamente podem tornar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência” (JUNG, 2014a, p.52).

Os arquétipos são temáticas universais as quais nunca estiveram na consciência, pertencem à humanidade e não a uma psique particular, e são chamados por Jung (2014b, p. 78) de “[...]imagens primordiais, são as formas mais antigas e universais da imaginação humana”. Os arquétipos são originados pela constante repetição de uma mesma experiência durante gerações (Cf. JUNG, 2014b, p.81). “Nossa mente inconsciente, bem como nosso corpo, é um depósito de relíquias e memórias do passado” (JUNG, 1985, p.36).

Importante ressaltar que o arquétipo não é uma experiência a ser herdada, mas o potencial de repetição dessa experiência e passa a ser simbolizado conforme as experiências pessoais (Cf. JUNG, 2014a, p. 51). São os arquétipos que proporcionam ter o comportamento tipicamente humano. Como vasos, eles são formas sem conteúdo, vazios, irrepresentáveis e de predisposição inata. Manifestam-se tanto a nível individual através dos complexos, quanto coletivo nas características de uma cultura (Cf. JUNG, 2013c, p. 168).

Por isso eles são analogias rigorosas dos arquétipos, tão rigorosas que há boas razões para supormos que os arquétipos sejam imagens inconscientes dos próprios instintos; em outras palavras, representam o modelo básico do comportamento instintivo. (JUNG, 2014a, p. 53).

Os arquétipos são como formas vazias e conforme vão sendo preenchidos com o material fruto da experiência consciente ou inconsciente, de maneira individual e coletiva, formam-se então as imagens arquetípicas que fazem parte do conteúdo consciente (Cf. JUNG, 2013c, p.163). As imagens arquetípicas se manifestam de forma involuntária e espontânea aparecendo nos mitos, nos temas religiosos, contos de fadas, no folclore e nas lendas (Cf. JUNG, 1985, p. 34). Jung se valeu da expressão utilizada por Santo Agostinho, “Typos” (impressão,

marca-impressão) para denominar as temáticas universais. Algumas destas temáticas mais conhecidas são: o arquétipo do herói, do velho sábio, da mãe, do pai, da criança etc (Cf. JUNG, 1985, p. 33). Todo comportamento humano é arquetípico e incontável, no entanto, também são encontrados na própria psique humana e possuem relação com a vida interior. Self, anima, animus, sombra e persona são arquétipos orientadores no desenvolvimento da personalidade (Cf. Jung, 2014a).

Anima e animus são arquétipos funcionais com grande significado segundo Emma Jung, além de estarem relacionados à personalidade, por encontrarem-se inseridos no inconsciente coletivo, fazem a ponte entre os conteúdos do inconsciente com a consciência. Comportando-se de forma compensatória em relação à personalidade que se apresenta, anima é figura feminina que se manifesta na psique masculina e animus a figura masculina que se manifesta na psique feminina. Anima e animus então, teriam características ausentes na personalidade consciente do indivíduo, sendo consideradas inapropriadas para a adaptação externa (Cf. Jung, 2020, p.16).

[...]sendo condicionado ainda pelas experiências que cada um traz em si do trato com indivíduos do sexo oposto no decurso de sua vida e por meio da imagem coletiva que o homem tem da mulher e a mulher tem do homem. [...]uma espécie de essência cuja ação se dirige não às demais funções anímicas, mas que se comporta ativamente e intervém na vida individual mais ou menos como estranho, às vezes prestativo, mas às vezes também incômodo e até mesmo destrutivo. (Emma Jung, 2020, p.17).

Segundo Jung (Cf. 2013b, p.32), o inconsciente coletivo se expressa através da anima e do animus por intermédio dos sonhos e projeções e seus conteúdos podem ser integrados a consciência.

A anima é formada através da relação do filho com a mãe possuindo predisposição a ser única e o animus é formado na relação mãe/filha através do inconsciente da mãe com suas múltiplas imagens do masculino. Em decorrência disso, possui a tendência de ser múltiplo e numeroso.

Anima e animus, caso se apresentem de forma positiva, cumprem o seu papel de intermediadores entre inconsciente e consciência, entretanto, quando se manifestam de forma negativa, influenciam a personalidade de mulheres e homens desfavoravelmente.

A sua anima, em vez de ajudá-lo a administrar emoções, libera um humor que se infiltra como um gás na consciência do ego e carrega com ele, em suspensão, por assim dizer, uma enxurrada de afetos crus e indiferenciados. [...] A sua anima não é altamente desenvolvida e, em vez de ajudá-lo a enfrentar o humor opressivo, afunda-o cada vez mais nele. (Stein, 2006, p.120).

Com o animus não é diferente, ele é capaz de influenciar negativamente e a mulher é “vencida” pelo seu inconsciente. Seus pensamentos, opiniões e reações com intensa carga emocional a controlam. Para Stein (2006, p. 121) os homens sob o domínio da anima tendem a refugiar-se em sentimentos de mágoa e resignação; as mulheres sob o domínio do animus tendem a atacar.

### 6.3.3 Inconsciente Pessoal

O próximo elemento a fazer parte da estrutura psíquica é denominado por Jung inconsciente pessoal. Jung nos elucida que, os conteúdos desse nível de inconsciente são pessoais na medida em que foram sendo assimilados ao longo da existência do indivíduo (Cf. Jung, 2015, p.134). Esta estrutura vai se diferenciar do inconsciente coletivo durante o desenvolvimento do feto. Nele ficarão armazenados registros das emoções experienciadas pelo feto na vida intra-uterina e se manterão, assim como os conteúdos do inconsciente coletivo, ao longo do desenvolvimento da personalidade e da vida do indivíduo. Segundo nos aponta Jung (2013, p. 129), a maioria das impressões surgidas nos primeiros anos de vida se tornam rapidamente inconscientes e formam a camada infantil do inconsciente pessoal, como o denomino.

O inconsciente pessoal contém lembranças perdidas, reprimidas (propositalmente esquecidas), evocações dolorosas, percepções que, por assim dizer, não ultrapassam o limiar da consciência (subliminar), isto é, percepções dos sentidos que por falta de intensidade não atingiram a consciência e conteúdos que ainda não amadureceram para a consciência. (JUNG, 2014b p. 77).

Os complexos são estruturas portadoras de energia própria e responsáveis por desencadear emoções alterando a mente, bioquímica e corpo. Vão sendo produzidos e organizados de acordo com as experiências vivenciadas pelo indivíduo desde sua concepção como traumas, condicionamento cultural, interações e

padrões familiares (Cf. STEIN, 2006, p.52).

O núcleo do complexo é composto por um arquétipo, temática universal, e uma imagem psíquica do trauma intimamente associada ao arquétipo em questão. Orbitam seu núcleo ideias, imagens e concepções altamente carregadas de afeto (Cf. JUNG, 2013a, p. 21).

Existem também os complexos originados ou reforçados por conflitos morais (Cf. JUNG, 2013c, p. 45). Por conflito moral entende-se conflito originado da negação e não expressão dos verdadeiros sentimentos motivada pela necessidade de aceitação e pertencimento, pela necessidade de negar-se a si mesmo por um lado e afirmar-se por outro (apud JUNG, C.W., Vol.8, §204).

Quando constelados, os complexos ganham autonomia, sendo capazes de atuar no controle de nossos pensamentos e comportamentos produzindo sofrimento psíquico e sintomas acompanhados invariavelmente pelos afetos. A constelação do complexo é um processo psíquico que acontece de forma automática, sendo impossível para um indivíduo detê-la. Ela se constitui na aglutinação e atualização de determinados conteúdos psíquicos. Os afetos produzidos por ela nos conduzem à origem dos sintomas físicos, graças à sua ligação com as manifestações somáticas. Quanto mais força tem um complexo, mais prejudicada será a liberdade de escolha do ego (Cf. JUNG, 2013c, p. 41).

Segundo Jung (1985, p.68) “os complexos são, então, personalidades parciais ou fragmentárias”. Quando constelados nos privam da liberdade de decisão, gerando uma modificação momentânea e inconsciente da personalidade chamada identificação com o complexo (possessão) que, burlando o ego, provoca pensamentos obsessivos e ações compulsivas (Cf. JUNG, 2013b, p. 45). Constelar, nessa circunstância, refere-se à formação de um instante psicologicamente saturado onde a consciência se encontra em estado perturbado (Cf. STEIN, 2006, p.47).

Importante ressaltar que os complexos podem ser modificados quando chegam à consciência através de novas experiências ao longo da vida da pessoa. “Aqui eles podem ser corrigidos, perdem seu caráter automático e podem ser transformados substancialmente” (JUNG, 2013c, p.134).

No entanto, ainda que percam seu caráter automático, nunca poderão ser esgotados, eliminados. Os complexos são experimentados pelo indivíduo na vida cotidiana e por intermédio de sonhos, os quais, segundo Jung, podiam ser

produzidos pelos próprios complexos (Cf. STEIN, 2016, p.52).

Ademais, quando constelados, os complexos são identificados através do desequilíbrio psíquico provocado por fortes emoções, podendo perdurar por prolongado período de tempo (Cf. JUNG, 2013c, p. 41).

Possuidores de graus de autonomia variados, os complexos podem ser conscientes, aqueles que estão em processo de integração na consciência; parcialmente conscientes, o indivíduo já reconhece nele algo a seu respeito; e totalmente inconscientes, funcionando como personalidade isolada dentro da psique, conhecidos também como complexos autônomos (Cf. JUNG, 2013c).

Para Jung, os complexos são manifestações vitais próprias da psique, e não possuem sempre caráter negativo. Uma importante afirmação feita por ele em relação aos complexos foi: “É dos complexos que depende o bem-estar ou infelicidade de nossa vida pessoal” (JUNG, 2013c, p.48).

Procuro saber o que o inconsciente está fazendo com os complexos, porque isso me interessa muito mais do que o fato de as pessoas terem complexos. Todos nós os temos; trata-se de um fato muito corriqueiro e desprovido de interesse. É apenas de interesse saber o que as pessoas fazem dos complexos. (JUNG, 1985, p.78).

Após um mês e meio de vida aproximadamente, o indivíduo, entrando na condição urobórica, começa a possuir fragmentos de consciência (Cf. JUNG, 2013d, p. 60).

A fase urobórica, inspirada no símbolo ouroboros (a cobra que engole o próprio rabo), é uma representação simbólica do estado inicial, primitivo e uno. Jung (2014, p.280) nos diz que “a consciência origina-se de uma psique inconsciente”. Neste momento a consciência vai se diferenciando do inconsciente pessoal.

Jung (2013, p. 83) afirma ainda que “as únicas coisas do mundo que podemos experimentar diretamente são os conteúdos da consciência”. Quando ela é capaz de desempenhar seu papel de maneira satisfatória, ela o faz identificando, discernindo e avaliando utilizando-se dos cinco sentidos e da intuição, “[...], pois a função da consciência é não só a de reconhecer e assumir o mundo exterior através da porta dos sentidos, mas também traduzir criativamente o mundo exterior para a realidade visível” (JUNG, 2013c, p.103).

Entretanto, Jung (2014a, p.281) pontua que, no exercício de seu papel dentro da psique, “[...] a consciência sucumbe facilmente às influências inconscientes e

estas são muitas vezes mais verdadeiras e lúcidas do que o pensar consciente”.

#### 6.3.4 Consciência e Ego

No interior da consciência existe um responsável pela percepção dos sentimentos, pensamentos e interações com o mundo, o ego. Ele é seu centro e administrador, e também o primeiro complexo a ser construído. Seu surgimento acontece conforme a consciência vai se diferenciando do inconsciente pessoal (Cf. JUNG, 2013d, p. 61).

O ego possui estrutura arquetípica por sua temática universal e é “[...] um aglomerado de conteúdos altamente dotados de energia e, assim, quase não há diferença ao falarmos de complexos e do complexo de ego” (JUNG, 1985, p.67).

O complexo de ego, que é um complexo funcional, é formado pela percepção geral do corpo e da própria existência acrescido dos registros de memória do indivíduo. O ego alcança sua totalidade por volta do terceiro ano do desenvolvimento infantil, nesse momento a criança já se refere a ela mesma como eu e não mais como o bebê, por exemplo (Cf. JUNG, 2013d, p.62).

Como administrador, possui função mediadora entre consciência e inconsciente e está relacionado à vontade e à percepção geral do próprio corpo e da própria existência, organizando a mente consciente por ordem de prioridade. Responsável por nossas escolhas é o sujeito de todos nossos atos conscientes, sendo capaz de determinar de maneira ampla quais conteúdos permanecerão no domínio da consciência e quais irão para o inconsciente, podendo também reprimir esses conteúdos para que não retornem à consciência (Cf. JUNG, 2013b, p. 17).

Para Jung:

A força de atração desse complexo é poderosa como a de um ímã: é ele que atrai os conteúdos do inconsciente, daquela região obscura sobre a qual nada se conhece. Ele também chama a si impressões do exterior que se tornam conscientes do seu contacto. Caso não haja esse contacto, tais impressões permanecerão inconscientes. (JUNG, 1985, p.7).

O ego possui a capacidade de se desenvolver e se fortalecer, e isso ocorre através das colisões, como designou Jung. Para o autor, colisões são conflitos, dificuldades, sofrimentos, angústias e frustrações decorrentes das exigências de

adaptação a ambientes físicos e psíquicos que mobilizam o indivíduo em determinada direção. No entanto, excessivas colisões podem ter consequências desastrosas e ocasionar sérios danos à psique, principalmente nos primeiros anos de vida de uma criança. Violências praticadas contra a criança são exemplos de catástrofes psíquicas e, como consequência, podem gerar egos frágeis e hiper defensivos. Quando o ego se desenvolve de maneira favorável, tornando-se um ego saudável, ele passa a exercer sua função de maneira flexível, sendo capaz de lidar de maneira simbólica com conteúdos desconhecidos que surgem ao longo da vida e movimentar intencionalmente conteúdos conscientes com autonomia e confiança. Isso só é possível quando há uma quantidade moderada de colisões (Cf. STEIN, 2006, p.34).

Assim como o ego, a sombra que Jung denomina o arquétipo do mal é também um complexo funcional e foi definido por ele como a coisa que uma pessoa não tem desejo de ser (Cf. JUNG, 2016, p. 410). É tudo aquilo que não se encontra na consciência e foi reprimido em benefício de um ego ideal, encontrando-se no inconsciente pessoal. No complexo de sombra encontraremos conteúdos da psique não admitidos, rejeitados e reprimidos, como fraquezas, aspectos destrutivos, recalques, traumas, ou características que não puderam ser experienciadas pela inadequação à adaptação ao ambiente. Todos esses conteúdos possuem caráter individual (Cf. JUNG, 2013b, p. 19-21).

### 6.3.5 Sombra

Já no arquétipo da sombra encontraremos tudo que representa o lado obscuro do ser humano, inferior, de caráter coletivo. Sendo um conteúdo inconsciente, ela não é experienciada diretamente pelo ego. O ser humano experimenta a sombra através da projeção. A reação extrema a outro indivíduo, as antipatias pessoais, os preconceitos e perseguições a outrem são frequentemente indicações de que o conteúdo sombrio está sendo projetado (Cf. JUNG, 2013b, p. 20).

Também podemos encontrar no complexo sombrio conteúdos de caráter positivo. Se o indivíduo se identifica com aspectos negativos em sua personalidade, o conteúdo reprimido contido na sombra terá consequentemente um caráter positivo. Jung ainda pontua que: Se antes era admitido que a sombra humana representasse

a fonte de todo mal, agora é possível, olhando mais acuradamente, descobrir que o homem inconsciente, precisamente a sombra, não é composto apenas de tendências moralmente repreensíveis, mas também de um certo número de boas qualidades, instintos normais, reações apropriadas, percepções realistas, impulsos criadores etc. (JUNG, 2013b, p.312).

A sombra também pode se expressar de maneira espontânea através dos sonhos, de expressões criativas, fantasia, sincronicidade, e intercorrências da vida. É importante que tenhamos consciência de que seu conteúdo jamais será conscientizado totalmente, impossibilitando que a sombra seja extinta. Caso seja negada, o indivíduo pode ser tomado por ela, no entanto, ao reconhecê-la, o indivíduo torna-se mais tolerante consigo e com os outros (Cf. JUNG, 2013b, p. 19).

#### 6.4 Persona: Máscaras da Personalidade

Enquanto a sombra é a face que escondemos do mundo, a persona é a face que mostramos ao mundo. Jung, no livro *O eu e o inconsciente*, nos esclarece que, para nomear o conceito de persona se inspirou nas máscaras utilizadas no teatro da antiguidade.

A este segmento arbitrário da psique coletiva, elaborado às vezes com grande esforço, dei o nome de persona. A palavra persona é realmente uma expressão muito apropriada, porquanto designava originalmente a máscara usada pelo ator, significando o papel que ia desempenhar. (JUNG, 2015 p.46).

Para Jung, a persona é um complexo funcional que caracteriza expressões do impulso arquetípico, uma adaptação à realidade exterior, e expressa os papéis que cada um desempenha no mundo (Cf. JUNG, 2013e, p.428). No teatro, o mesmo ator utilizava-se de várias máscaras para desempenhar papéis diferentes (Cf. JUNG, 2015, p. 46). Com o indivíduo ocorre da mesma forma. Representando um compromisso com a sociedade, o indivíduo supre as expectativas e demandas do meio e comporta-se de tal maneira compatível com os costumes sociais do grupo. A persona então é resultado da adaptação ao meio físico e social no qual o indivíduo está inserido e possui a função de esconder e/ou revelar sentimentos e pensamentos conscientes da pessoa (Cf. JUNG, 2015, p. 85).

A persona é a mediadora entre o ego e o mundo externo. Muitas vezes

nossas fragilidades e inseguranças internas nos levam a criar personas que compensam essas questões, deste modo, por trás de personas arrogantes podemos encontrar egos frágeis, por exemplo. O ego deve ser capaz de desempenhar diversos papéis na sociedade utilizando-se de várias personas sem que haja identificação com alguma delas, e é muito comum que esta identificação, quando ocorre, tenha relação com a aspiração social do indivíduo. É necessário que o indivíduo seja capaz de se desfazer ou adaptar suas personas de acordo com o seu ingresso a novas fases da vida. Quando o indivíduo se identifica com a persona ele passa a ter dificuldade de se reconhecer além dela, desenvolve uma rigidez psicológica e portar-se em todo e qualquer ambiente e com as outras pessoas de uma única maneira (Cf. JUNG, 2013e, p.428).

#### 6.4.1 Self: Arquétipo da Totalidade

Outro arquétipo de extrema importância para a teoria analítica é o Self, o Imago Dei, a imagem de Deus em nós (Cf. JUNG, 2015, p.129).

Considerado arquétipo da totalidade de caráter transcendente é o mais impessoal de todos. Jung refere-se ao Self como origem da vida psíquica, situando se além da psique e como sendo a sua realização o objetivo da vida de um indivíduo. “Os primórdios de toda nossa vida psíquica parecem surgir inextricavelmente deste ponto e as metas mais altas e derradeiras parecem dirigir-se para ele” (JUNG, 2015, p, 129). Outra forma de se referir ao Self utilizada por Jung em suas obras é o Si mesmo.

O Self é ao mesmo tempo totalidade e centro da psique, abrangendo tanto o consciente quanto o inconsciente. Arquétipo da totalidade, o Self contém opostos, luz e sombra (Cf. JUNG, 2013c, p. 172).

Na interação entre o ego e o Self, na comunicação entre eles é que se dá o eixo ego-Self. Nesse eixo encontra-se a oportunidade de diálogo entre conteúdos inconscientes e conscientes e quando isso ocorre de maneira equilibrada acaba por assegurar o processo de individuação que é o objetivo autorrealização, prospectivo e desenvolvimentista do Self.

Entretanto, além da interação entre ego e Self, podem ocorrer mais duas situações distintas: a identificação do ego com o Self e a assimilação do ego pelo

Self. Jung (2013c, p.175) diz que “tanto um como outro destes dois desenvolvimentos impossibilitam a realização do eu e ao mesmo tempo são danosos à continuidade da consciência do eu. Por isso eles resultam em efeitos patológicos”. A identificação do ego com o Self gera a inflação do ego e a assimilação do ego pelo Self mantém o Self no inconsciente, situação considerada por Jung como sendo catastrófica. “[...] Por isso, se o eu cair sob o controle de qualquer fator inconsciente, sua adaptação sofre uma perturbação, situação esta que abre as portas para todo tipo de casos possíveis”. (JUNG, 2013b, p. 38).

#### 6.4.2 Individuação

O objetivo do Self é a individuação, termo utilizado por Jung para referir-se ao desenvolvimento psicológico que tornará o indivíduo integrado e individual, único. “Uso 19 o termo ‘individuação’ para denotar o processo pelo qual uma pessoa se torna ‘individual’, isto é, uma unidade indivisível ou um ‘todo’” (apud CW, § 490 Grifo do autor). A partir do confronto com a sombra e a integração dos conteúdos inconscientes é que ocorre o processo de individuação.

A individuação, portanto, só pode significar um processo de desenvolvimento psicológico que faculte a realização das qualidades individuais dadas; em outras palavras, é um processo mediante o qual um homem se torna o ser único que de fato é. [...] A meta da individuação não é outra senão a de despojar o si-mesmo dos invólucros falsos da persona, assim como do poder sugestivo das imagens primordiais. (JUNG, 2015, p. 270).

Individuar-se é tornar-se aquilo que já se é em potencial de maneira mais consciente e mais profunda e embora seja uma necessidade natural, não acontece de maneira automática e deve ser buscada e conquistada, não sem o devido esforço. O Self é quem impulsiona o processo, embora o ego possa participar na medida em que se torna consciente dele.

Se o indivíduo efetuar isto de maneira consciente e intencional, evitará todas as consequências desagradáveis que decorrem de uma individuação reprimida; isto é, se assumir de livre e espontânea vontade a inteireza, não será obrigado a sentir na carne que ela se realiza dentro dele contra sua vontade, ou seja, de forma negativa. (JUNG, 2013b, p.89).

O processo de individuação jamais se encerra, um indivíduo nunca se tornará

individuado, mas sempre a caminho de individuar-se, “a caminho da realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano”. Os mecanismos utilizados pelo Self para dar os avisos e fazer os chamados para o processo de individuação são os sonhos, posteriormente a sincronicidade e por fim os sintomas (JUNG, 2015, p. 63).

Como já havíamos citado anteriormente, no que diz respeito às estruturas da psique, o inconsciente está presente antes do surgimento da consciência e do ego, o qual se desenvolverá a posteriori e será o centro da consciência com a função de administrar os conteúdos conscientes, organizando e filtrando-os. O desenvolvimento da consciência e do ego está subordinado ao Self, que é pré-existente.

Com a formação desse centro, o Self estabelece um “derivado” de si próprio, uma “autoridade”, o ego, cujo papel é representar os interesses da totalidade, defendendo-os das demandas particulares do mundo interior e do meio ambiente. Simbolicamente a relação do ego com o centro da totalidade é uma relação de filho. (NEUMANN, 1980, p.10).

#### 6.4.3 Relação Primal e Desenvolvimento do Ego

Na vida da pessoa, para que haja um funcionamento sadio da psique é necessário um ego saudável que se relacione com o Self. A este relacionamento Jung denominou eixo ego-Self e ocorreu ao longo de toda a vida do indivíduo (Cf. JUNG, 2013c, p. 33). Mas para que isto ocorra é necessário que o Self tenha sido unificado durante a infância do indivíduo e que o ego seja estruturado, fortalecido. O Self unificado se origina da relação segura entre o Self corporal, que é representado pelo corpo da criança, e o Self que foi vivenciado através da mãe, conforme elucidado Neumann.

A formação de um Self unificado (o verdadeiro “nascimento” da criança) depende de uma experiência positiva da relação primal durante o primeiro ano de vida. Doutra parte, porém, quando a relação primal é negativa, nem mesmo as melhores condições externas conseguem impedir que ocorram distúrbios psíquicos. (NEUMANN, 1980, p.38 e 58).

Quando existe uma vulnerabilidade na capacidade de relação entre o ego e o Self e insegurança na relação primal, pode ocorrer uma auto representação negativa e desenvolvimento de excessivo mecanismo de defesa por parte do ego (Cf. NEUMANN, 1980, p.42). Para que esse ego se desenvolva de maneira saudável é

necessária uma relação primordial positiva, já o seu fortalecimento se dá através de dificuldades, angústias, sofrimentos, fatores que Jung denomina colisões. Este fortalecimento ocorre ao longo de toda a existência do indivíduo, desde que esta quantidade de colisões seja moderada e que seja bem conduzida.

No entanto, caso haja excessivas ou intensas colisões, as consequências podem ser prejudiciais ao psiquismo e o ego não será fortalecido, pelo contrário, haverá um comprometimento e seu funcionamento ficará prejudicado (Cf. STEIN, 2006, p.34). Neumann nos esclarece que, através dos cuidados da mãe em relação à criança, atenta para que os fatores negativos vivenciados por ela como fome, frio e frustração não prevaleçam, surgem, em primeiro momento a segurança e posteriormente a confiança dessa criança em relação à mãe de que suas necessidades serão atendidas. Isso proporcionará tolerância por parte do ego infantil, que, no futuro, será capaz de auto aceitação e aceitação do mundo com seu lado positivo e negativo, surgindo desta maneira o ego estável, estruturado (Cf. NEUMANN, 1980, p.51).

#### 6.5 Ego e Consequências da Privação de Segurança Infantil

A privação de segurança durante a infância decorrente da falta de cuidados e tolerância amorosa na relação primordial é capaz de gerar um ego ferido, frágil, incapaz de amar a si e aos outros incluindo suas boas e más qualidades (Cf. NEUMANN, 1980, p.59). Essa insegurança desenvolve sentimentos de desconfiança e ansiedade que, por sua vez, farão com que o ego fragilizado desenvolva algum tipo de mecanismo de defesa como por exemplo, a personalidade narcisista, “expressão de um ego reduzido a seus próprios recursos” (NEUMANN, 1980, p. 65). As tendências do ego narcisista à rigidez e à agressividade acabam por tornar os sentimentos de abandono, inferioridade e falta de amor recorrentes, tornando-o cada vez mais rígido e agressivo. É o início de um círculo vicioso. É possível, segundo Neumann, que a figura da Grande Mãe seja capaz de substituir o resultado negativo da relação primal deficiente através de um processo intrapsíquico quando esse não foi tão grave, mas que, provavelmente, isso só ocorra na segunda metade da vida (Cf. NEUMANN, 1980, p. 72).

Não pretendemos aqui afirmar que somente o desenvolvimento deficiente da

relação primal é capaz de fazer com que a psique infantil desenvolva mecanismos de defesa, apenas procuramos compreender até aqui, a importância desta relação e possíveis consequências quando ela ocorre de maneira insatisfatória para então, nos debruçarmos sobre as colocações de Donald Kalsched a respeito do conceito de Self sombrio, e da autora Rosa Cukier, a qual teoriza o falso self de Donald Woods Winnicott como mecanismo de defesa.

### 6.5.1 Dissociação e Fragmentação Psíquica

A reação normal da psique é se retirar do ambiente onde está ocorrendo a situação traumática, quando isso não é possível, a psique que sofreu o trauma promove a dissociação, que é um mecanismo de defesa natural demonstrado por Jung através do teste de associação de palavras. A dissociação é responsável por fragmentar a psique e enviar fragmentos da experiência traumática para o inconsciente, impedindo que a compreensão da situação, seu resultado e o afeto desencadeado por ela sejam integrados à consciência (Cf. KALSCHED, 2013, p. 30-31).

Podemos entender a partir disso que a criança que vivenciou uma situação de violência é capaz de seguir sua vida apesar de grandes prejuízos, uma vez que ela será incapaz de narrar a experiência de maneira completa já que não possui memória de todos os fatos ocorridos.

Durante a primeira infância, na fase pré-ego, situações traumáticas que perturbaram a fase primária propiciam distúrbios psíquicos onde a criança desenvolve um sentimento de culpa inconsciente, já que nessa fase ainda não existe uma consciência formada, e sim, fragmentos de consciência. Decorrente de uma reação arcaica, a criança ainda não é capaz de culpabilizar o outro pela falta de cuidado ou as agressões por que passa e atribui a si mesmo a responsabilidade sentindo-se culpada.

O sentimento de culpa primário, entenda-se, não é uma questão de reflexão consciente da criança, mas leva à uma convicção – o que irá ter um papel determinante na existência e no desenvolvimento da criança -, de que não ser amado é o mesmo que ser anormal, doente, “leproso” e, sobretudo, “condenado”. (NEUMANN, 1980, p. 71).

O sentimento de culpa decorrente da reação arcaica pode ser reparado

futuramente através da relação da criança com o pai (Cf. NEUMANN, 1980, p.71). Importante lembrar que a psique infantil durante a primeira infância está imersa na psique materna desde a fase intra-uterina e posteriormente estará sob influência da psique paterna também. Jung pontua que a psique só atingirá independência no final da puberdade.

No estágio infantil da consciência, ainda não há problemas; nada depende do sujeito, porque a própria criança ainda depende inteiramente dos pais. É como se não tivesse nascido ainda inteiramente, mas se achava mergulhada na atmosfera dos pais. O nascimento psíquico e, com ele, a diferenciação consciente em relação aos pais só ocorrem na puberdade, com a irrupção da sexualidade. (JUNG, 2013c, p.346).

### 6.5.2 Relação Primal e Formação do Ego

Necessário esclarecer para que possamos continuar na compreensão do tema exposto que o processo de dissociação é natural da psique de todos os indivíduos em todas as fases da vida. Os afetos negativos vivenciados pela criança provocam a dissociação, no entanto, quando a criança recebe atenção adequada, tendo suas necessidades respeitadas e acolhidas, essa postura mediadora da figura materna possuirá caráter integrativo proporcionando o equilíbrio psíquico e o fortalecimento do ego infantil (Cf. NEUMANN, 1980, p. 61).

### 6.6 Self Sombrío e Falso Self: Mecanismos de Defesa Psíquica

O Self como totalidade é pré-existente, e a formação do ego está subordinada a ele, existindo neste momento uma forte ligação entre o Self e os arquétipos parentais. A experiência da criança com o Self é vivenciada através da mãe e como ele representa o princípio ordenador, é também a autoridade moral (Cf. NEUMANN, 1980, p.75). Nesse sentido, podemos entender que toda a atitude materna é considerada como correta pela criança e todas as suas necessidades e sentimentos que não são atendidos e acolhidos são considerados inadequados. Sendo assim, compreendendo a importância do papel dos pais no desenvolvimento psíquico da criança, existiria alguma relação entre o resultado da violência psicológica vivenciada na infância e o desenvolvimento da personalidade?

A partir da obra O mundo interior do trauma de Donald Kalsched, podemos compreender que os afetos são arcaicos e primordiais, entretanto, são as

experiências de conforto, satisfação, segurança e proteção vivenciada pela criança na relação com a figura materna e posteriormente com a figura paterna que criaram a representação do bom e experiências de desconforto, insatisfação, insegurança, indiferença à suas necessidades físicas e psicológicas serão responsáveis pela representação do mal na psique infantil.

Enquanto a criança ainda é um bebê e não possui um ego estruturado, a figura materna fica responsável por mediar às experiências negativas e positivas vivenciadas por ele. Conforme esse bebê cresce e acontece a diferenciação entre a psique materna e a psique infantil, o ego da criança vai se desenvolvendo e adquirindo a capacidade de suportar os choques emocionais provenientes das experiências negativas e positivas. Mas, até que isso aconteça, todas as representações interiores do bebê serão arquetípicas (Cf. KALSCHED, 2013, p.40).

Recordando Jung e sua explanação a respeito dos arquétipos, eles são imagens primordiais e possuem aspecto tanto positivo quanto negativo (Cf. JUNG, 2013c, p.172). O arquétipo Self, como centro organizador da psique e unificador de seus conteúdos, também possui os aspectos luz e sombra, um polo relacionado aos instintos e aos afetos, e um polo simbolizado por um componente espiritual, o Self individualizante. O Self seria responsável por orientar e direcionar a pessoa no processo de individuação, o que o levaria a tornar-se um indivíduo psicológico, tornar-se si mesmo.

O Self de sobrevivência parece ser a forma assumida pelo Self quando suas energias normalmente individualizantes foram desviadas para uma tarefa de desenvolvimento anterior, isto é, assegurar a sobrevivência do indivíduo. Vimos casos prévios como esse Self de sobrevivência ataca o eu dissociável, separando o afeto da imagem, desmembrando a experiência, e especulamos que esses ataques são os “esforços” (não raro equivocados) do Self para preservar o espírito pessoal. (KALSCHED, 2013, p.183).

Os casos prévios aos quais o autor se refere são os sonhos trazidos por pacientes durante o período de análise que ilustraram a atitude protetiva do Self. Enquanto o ego infantil não se desenvolver, o Self não possuirá sua representação e integração dos polos. À medida que a criança vai se desenvolvendo e aprendendo a lidar com as frustrações, situação que ocorre somente em uma relação suficientemente boa entre mãe e bebê, os aspectos opostos do Self vão sendo integrados (Cf. KALSCHED, 2013, p.41). O Self, centro organizador da psique, desde o início do desenvolvimento infantil trabalha para manter em equilíbrio e segurança a qualidade de vida e se utiliza do seu mecanismo de defesa para isso.

Quando não acontece a atualização desse mecanismo de defesa, quando ele não evolui com o passar do tempo, assim como acontece com as defesas do ego, há uma persistência por parte dessas defesas em manterem-se. Ela continua atuante, fragmentando experiências, separando o afeto da imagem, evitando que a situação ou as situações traumáticas voltem a se repetir (Cf. KALSCHED, 2013, p.42). A maneira como o Self sombrio atua é atacando processos com potencial integrativo, processos simbólicos. Ele passa a reproduzir a experiência traumática através dos sonhos, intuições e sensações, conseguindo assim, manter a dissociação. Essa forma de atuação do Self sombrio causa tanto sofrimento quanto a experiência do trauma (Cf. KALSCHED, 2013, p.33).

Kalsched nos demonstra através dos sonhos citados em sua obra e que foram relatados por seus pacientes, que a consequência disso é a perda do vínculo de confiança. Para o autor, o que ele chama de sistema de autocuidado teria origem anterior ao surgimento do ego, que, segundo Jung, é somente centro e administrador da consciência. A tarefa de proteger a psique, então, não poderia ser atribuída a ele. As defesas do ego, que enviarem conteúdos ao inconsciente ao reprimi-los ou negá-los, seriam desenvolvidas posteriormente. Não sendo o ego o organizador de tal mecanismo, Kalsched cita Stein, (1967), como o autor que propõe ser o Self responsável pelo sistema de defesa (Cf. KALSCHED, 2013, p. 17).

Entretanto, Rosa Cukier, em sua obra *Sobrevivência Emocional*, nos expõe o mecanismo de autocuidado a partir de outro olhar. Apresenta-nos um novo conceito que seria o então responsável pelo sistema de autocuidado, o falso self.

O termo falso self utilizado pela autora tem origem na Psicanálise e é o termo cunhado por Donald Woods Winnicott, médico pediatra e psicanalista inglês a uma pseudo personalidade. Foi conhecido por suas ideias relacionadas ao verdadeiro e falso self e a teoria dos “pais suficientemente bons”. Diferente do Self de Jung citado por Donald Kalsched, o self de Winnicott não é pré-existente, mas se desenvolve a partir das experiências que vão sendo aprendidas na memória de um indivíduo. O self, então, seria efeito de um somatório de experiências que, num determinado momento, resulta em um denominador comum a todas elas, o eu que vivencia as experiências. Para Winnicott, o self verdadeiro é resultado de experiências espontâneas vividas pelo bebê e o falso self surge quando as experiências foram impostas pela decisão da figura materna, por exemplo. Diferente do self verdadeiro

que expressa a singularidade de um indivíduo, o falso self expressa tudo aquilo que esse indivíduo aprendeu em decorrência das intrusões da figura materna inibindo sua espontaneidade e lhe indicando como ele deveria ser (Cf. GALVÁN; ALMIRALIAN, 2009, p. 50-58). Já na vida adulta, o falso self é o self externado e está relacionado às condutas sociais e a repetição das regras culturais que regulam as dinâmicas sociais. Parece-me unânime entre os autores citados e a teoria de Jung o papel dos pais no desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

No entanto, como nos lembra Rosa Cukier, estamos diante de uma questão complexa pois, o comportamento da figura materna e paterna em relação a criança entregue aos seus cuidados e atenção está intimamente ligado a como elas mesmas vivenciaram esse período de dependência em seus primeiros anos de vida. (Cf. CUKIER, 2017, p. 27)

Na obra *Sobrevivência Emocional*, as dores da infância revividas no drama adulto, Cukier (2017, p.28) nos aponta quatro características naturais da criança, características essas que nos auxiliarão na compreensão do desenvolvimento de mecanismos de defesa do psiquismo infantil, independentemente da abordagem a ser utilizada. Quando ela nos diz que “a criança é valorizável”, está pontuando que nenhuma criança nasce com auto-estima desenvolvida e é incapaz de se dar algum valor. Ela só será capaz de reconhecer e tomar para si o valor atribuído a ela pelos pais. Isso se dá através da dedicação e estima dos pais em relação à criança.

Toda vez que o filho sente que não tem valor para os pais, sente-se envergonhado e inferiorizado por isso. O Eu se ama e se respeita quando se percebe amado e respeitado. Por outro lado, O Eu se odeia quando intui que está sendo rejeitado ou deixado de lado. (CUKIER, 2017, p. 29).

“A criança é vulnerável, devassável”, aqui a autora nos esclarece sobre a necessidade da criança de proteção dos pais já que ainda não possui um sistema de defesa desenvolvido e ainda não existe um limite entre o Eu e o Outro. Vivendo uma fase egocêntrica, a criança entende que tudo que acontece ao seu redor está intrinsecamente ligado a ela. Cukier (2017, p.29) nos exemplifica essa situação citando: “[...] se meus pais brigam, a culpa é minha, se eles não ficam comigo, deve ser porque eu sou ruim; se eles trabalham demais e nunca estão comigo é porque eu valho menos que o trabalho deles”. Nesse momento da vida da criança, o psiquismo infantil se encontra imerso no psiquismo dos pais segundo Jung, e a partir

de sua colocação podemos verificar e compreender a fala da autora.

Do mesmo modo que a criança, durante a fase embrionária, quase não passa de uma parte do corpo materno, do qual depende completamente, assim também de modo semelhante a psique da primeira infância, até certo ponto, é apenas parte da psique materna e, logo depois, também da psique paterna, em consequência da atuação comum dos pais. (JUNG, 2013d, p.62).

Para Cukier, possíveis consequências de um comprometimento relacionado a essa característica é o desenvolvimento de uma personalidade que, em determinados momentos se apresenta de maneira invulnerável e em outros de maneira extremamente vulnerável.

Mais uma característica pontuada por ela e muito importante é a imaturidade infantil e sua imperfeição. Nos núcleos familiares onde não se tolera erros e dificuldades naturais de cada fase do desenvolvimento, os adultos se portam como sujeitos perfeitos, que nunca cometem erros, desenvolvendo na criança sentimento de vergonha ao ser punida e se adequa ao longo do seu desenvolvimento às expectativas depositadas sobre si. Nesse momento surge um indivíduo perfeccionista e controlador ou ainda profundamente inseguro que depende da aprovação de terceiros. (Cf. CUKIER, 2017, p.30)

A quarta característica importante a ser observada é de que “a criança tem uma forma de pensar concreta e radical”. A obra nos demonstra a incapacidade da criança de discriminação e sua concretude de pensamento. Essa característica a impossibilita de conseguir estabelecer um meio termo. Para a criança, a situação, pessoa ou lugar ou é bom ou é ruim. (Cf. CUKIER, 2017, p.31)

Quando características como as pontuadas acima são desrespeitadas conscientemente ou de forma inconsciente, como coloca Jung na obra *O desenvolvimento da personalidade* (2013d, p.51) “[...] as reações mais fortes sobre as crianças não provém do estado consciente dos pais, mas do seu fundo inconsciente”, os mecanismos de defesa entram em ação com o intuito de defender o psiquismo infantil de situações intoleráveis. Cukier (2017, p.35) cita alguns dos mecanismos utilizados, que são: “negação, repressão, dissociação, despersonalização, identificação com o agressor, conversão etc.” Para a autora, a psique da criança que sofreu a violência não se utiliza apenas de um único mecanismo, mas alterna o mecanismo de acordo com a situação que vivencia. A utilização desses vários mecanismos de maneira alternada formaria o sistema de

auto cuidado citado por ela como sendo o sistema do falso self.

Tanto o falso self quanto o Self sombrio são desenvolvidos a partir dos esforços de ocultar as experiências traumáticas de abandono, desrespeito, negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão. Os aspectos de uma personalidade apontados por Cukier (2017, p.35) como sendo consequência do sistema de cuidado do falso self são: “perfeccionismo ou estupidez, vítima, herói da família ou bode expiatório”. O indivíduo que desenvolveu um falso self é, ora submisso à vontade do outro, ora se sobrepõe a todas as pessoas as quais não se submete. Para Cukier, assim que o falso self passa a se formar, o verdadeiro self passa a ser preterido. (Ibid.) Fazendo uma analogia do falso self de Winnicott citado na referida obra e a Psicologia Analítica de Jung, podemos pensar no complexo funcional persona. Relembrando que persona, conceito que teve sua denominação inspirada nas máscaras utilizadas no teatro da antiguidade, possui a função de adaptação à realidade exterior. Sendo assim, a criança, incapaz de identificar falhas em seus cuidadores, atribuindo a si, inconscientemente, a culpa pelas atitudes da figura materna e posteriormente paterna, rejeitará e reprimirá suas “características condenáveis” e passará a desenvolver personas capazes de protegê-la de futuras agressões. A identidade do indivíduo, o verdadeiro Self, passa a ser rejeitado de forma tão ou mais cruel que a rejeição infligida pelos pais da criança, como nos esclarece Cukier (Cf. 2017, p.35). Podemos entender então que, o ego de Jung, centro e administrador da consciência passa a se identificar com as personas construídas pelo sistema de defesa, e em decorrência disso há a perda da consciência de si mesmo. Assim como a persona de Jung possui características adaptativas, sendo por isso positiva quando não há a identificação por parte do ego, também o falso self possui graus de identificação, que segundo Winnicott podem se apresentar saudáveis ou patológicos. Ele considera a existência de diversos níveis de falso self. Desde uma postura criada pelo falso self que garanta o convívio social satisfatório, o falso self que se manifesta como o real, fazendo com que o self verdadeiro permaneça oculto impedindo o gesto espontâneo e em grau mais extremo, o sentimento de vazio perante a vida passa a prevalecer (Cf. GALVÁN; AMIRALIAN, 2009, p.53).

Outro ponto a ser observado é que o indivíduo passa a projetar suas partes reprimidas e negadas em seus relacionamentos (Cf. CUKIER, 2017, p.35).

Analisando pela ótica da Psicologia Analítica, compreendemos aqui que a autora se refere à projeção dos conteúdos sombrios. O sistema do falso self então seria composto pela formação de personas, aquilo que se deseja mostrar ao mundo, e em decorrência da força com que os conteúdos rejeitados são reprimidos, a projeção da sombra. Na tentativa de compreender os dois conceitos expostos pelos autores Kasched e Cukier, Self sombrio e falso self, respectivamente, percebemos que, embora não se trate do mesmo conceito nem da mesma forma de atuação, eles se igualam em sua função. No intuito de proteger a psique infantil traumatizada, esses mecanismos de defesa procuram impedir que novas situações semelhantes ao trauma vivido venham a se repetir. Seja revivendo situações traumáticas através dos sonhos e seus simbolismos, seja por intermédio da auto-observação, vigilância constante e repressão de conteúdos “inadequados” que causam sentimento de inferioridade perante as pessoas e como consequência, a reprodução de comportamentos agressivos e violentos.

O artigo A Maldição de Eva: a face feminina da violência contra a mulher de Fernanda Menin, Lilian Loureiro e Noely Montes Moraes (2014) e O matrimônio sagrado yin-yang: anima e animus no processo de individuação de Grazieli Aparecida Gonçalves e Adriana Goreti De Oliveira Lopes (2018) nos apresentam uma nova perspectiva sobre as possíveis consequências da violência vivida ao longo da infância. Para compreender o olhar proposto pelas autoras, é necessário retomarmos o conceito de animus sob a ótica junguiana.

### 6.7 Animus: Energia Masculina na Psique Feminina

Segundo Emma Jung (2020), a energia masculina presente na psique da mulher é simbolizada pela figura do animus. No texto de Carl Gustav Jung, Sizígia: anima e animus (2013b, p.26): “O animus é também um psychopompos, isto é, um intermediário entre a consciência e o inconsciente, e uma personificação do inconsciente”. Assim como a anima, que representa a energia feminina no inconsciente do homem, o animus pertence ao universo dos arquétipos do inconsciente coletivo, o que significa que ambos são estruturas psíquicas universais, presentes em todos os seres humanos.

A função natural do animus (assim como a da anima) é manter-se em seu lugar entre a consciência individual e o inconsciente coletivo; exatamente

como a persona é uma espécie de estrato entre a consciência do ego e os objetos do mundo exterior. O animus e a anima devem funcionar como uma ponte, ou uma porta, levando às imagens do inconsciente coletivo, da mesma forma que a persona deve ser uma espécie de ponte para o mundo. Por outras palavras, anima/us permite que o ego penetre e tenha a experiência das profundidades da psique. (STEIN, 2006, p.124).

O animus, embora seja uma estrutura compartilhada, se apresenta de formas variadas na psique feminina. Vai se formando no decorrer da vida da mulher e apesar de ser um elemento comum, se desenvolve de forma única.

Embora o animus seja algo comum a todas as mulheres, ao longo do desenvolvimento, ele recebe características particulares de acordo com as experiências vividas. Assim, essa figura é fortemente moldada pela experiência com o pai e, posteriormente, com os homens emocionalmente significativos para essa mulher. (Menin; Loureiro; Moraes, 2014, p.63).

A forma como ocorreu essa relação influencia diretamente a estruturação do animus. Enquanto a anima, no homem, se manifesta como uma única imagem, o animus se manifesta na mulher de forma múltipla, como diferentes vozes internas que influenciam pensamentos, atitudes e até mesmo a forma como a mulher se relaciona consigo e com os outros. (Menin; Loureiro; Moraes, 2014).

Quando bem integrado, o animus tem um papel positivo. Ele auxilia no desenvolvimento de firmeza, clareza de pensamento, independência, discernimento e também abre espaço para decisões mais conscientes.

Felizmente, o aspecto masculino interno da mulher também contém um lado positivo, representado pelo poder de discriminação, pela capacidade de auto-afirmação, pela habilidade de perceber e julgar com distanciamento e imparcialidade, pelo raciocínio objetivo, claro e lógico. O ego encontra um aliado e, juntos, são capazes de enfrentar e deter os aspectos destrutivos e violentos. (Menin; Loureiro; Moraes, 2014, p. 69).

O animus pode ser compreendido como um apoio interno que traz mais confiança e equilíbrio entre razão e emoção. Quando integrado de forma positiva, manifesta-se como uma força criativa e inspiradora, orientando caminhos e auxiliando a mulher a expressar suas ideias com mais segurança, sem que para isso, ela necessite se afastar de seus sentimentos ou agir com rigidez para se afirmar.

Entretanto, durante a infância de uma menina, ao longo do desenvolvimento de sua personalidade, caso ela seja cuidada por uma mãe cujo animus se manifeste

negativamente, é possível que ela receba desde críticas constantes a agressões físicas, fazendo com que a energia masculina seja percebida pela criança como algo que lhe causa sofrimento.

Quando essa experiência traumática ocorre, abre-se uma oportunidade para que a menina evite desenvolver seu próprio logos, lembrando que o animus é compreendido como arquétipo cuja essência corresponde ao “princípio do logos” ou à “quintessência do ser masculino” segundo Emma Jung (2020) logos, palavra que vem do grego, possui relação com funções racionais.

Em todas as mulheres existe uma quantidade de energia psíquica destinada ao desenvolvimento do pensamento objetivo e racional, da capacidade de compreensão, da capacidade de dar sentido e de ação. Quando essa energia não é utilizada para tal, ela se desloca para o inconsciente e ativa o arquétipo do animus.

Retornando ao exemplo da menina vítima da manifestação do animus negativo da mãe, ela poderá internalizar as críticas recebida de seus cuidadores, o que facilitaria uma autocrítica excessiva e uma dificuldade em buscar apoio na figura feminina, prejudicando inclusive a relação com outras mulheres já que a relação com a mãe aconteceu de forma disfuncional e traumática.

Nesse momento, sem o desenvolvimento consciente de suas capacidades racionais e sem a confiança em receber apoio de sua relação com figuras femininas, seu próprio animus poderá se manifestar na fase adulta de forma negativa e autônoma, o que levaria à um ciclo vicioso, cuja violência praticada pela mãe em decorrência de seu animus negativo facilitaria o desenvolvimento do animus negativo da filha.

Integrar o animus é um processo profundo e necessário, que envolve reconhecer e transformar os aspectos sombrios dessa figura interna. Trazer esses conteúdos à consciência é o primeiro passo para que essa força, antes destrutiva, possa ser ressignificada e se tornar aliada no amadurecimento emocional da mulher. Integrar o animus é permitir a união entre os princípios feminino e masculino dentro da psique. (GONÇALVES, LOPES, 2018).

Um dos principais movimentos nesse caminho é aprender a perceber a manifestação do animus através dos sonhos, influência nos próprios pensamentos e projeções e, por intermédio de um ego flexível, que se propõe a olhar para a manifestação de conteúdos inconscientes, ela será capaz de se relacionar de forma consciente com essa energia masculina.

Se o problema não é abordado, se a mulher não cumpre suficientemente a exigência de tornar-se consciente ou da atividade espiritual, então o animus torna-se autônomo e negativo, e age de maneira destrutiva sobre o próprio indivíduo bem como sobre suas relações com outras pessoas. (JUNG, 2020, p.21).

Diferente do Self sombrio e do falso self, o animus negativo não é considerado um mecanismo de defesa, mas assim como eles, se formam em resposta a experiências que desencadeiam defesas, fruto da violência vivida pela mulher durante sua infância. Ela passa a introduzir uma imagem masculina negativa e reprimir sua afetividade no período de desenvolvimento da personalidade, interferindo negativamente com consequências que reverberam em sua vida adulta.

Conviver com um mundo interno marcado por críticas constantes, bloqueios emocionais e atitudes que minam o próprio crescimento não é algo simples. Essas marcas, muitas vezes deixadas por experiências traumáticas na infância, exigem caminhos cuidadosos para que possam ser compreendidas e transformadas. É nesse movimento que a arteterapia aparece como uma alternativa sensível e acessível. Por meio da expressão simbólica, ela permite acessar camadas mais profundas do inconsciente e possibilita que a mulher se reconecte com partes de si mesma que foram silenciadas.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir, como essa abordagem pode contribuir na reconstrução emocional de mulheres que carregam traumas ligados à violência vivida na infância.

## 6.8 A Arte como Expressão da Alma e Instrumento Terapêutico: Da Pré-História à Arteterapia Contemporânea

A arte com a finalidade da comunicação e expressão da alma, precede a linguagem verbal. Anteriormente ao surgimento da palavra, os recursos utilizados pelo homem para se comunicar eram: sons, imagens, luminosidade, cheiros, cores, formas, desenhos, pinturas e movimentos corporais, e todos estes meios de formas de comunicação anteriores as expressões verbais, são recursos valiosos e confiáveis para o entendimento da nossa história.

Os hieróglifos, a arte rupestre, os rituais (de cura e de reverência aos deuses e à natureza), as danças e as mímicas, comuns aos tempos primordiais, expressavam a relação do homem consigo mesmo e com o seu entorno e se impunham como tentativas desde simbolizar, representar e elaborar o mundo em que vivia. Ainda que limitados a efeitos catárticos, essas práticas prefiguram o que hoje entendemos como Arteterapia. (MACIEL, 2012, p.29).

Na Grécia Antiga eram utilizadas as artes para expressar sentimentos, conhecimentos, como diálogo com os deuses, e como registro psíquico coletivo e pessoal, e, portanto, era recurso para promoção, preservação e resgate da saúde emocional. Carla Maciel (2012, p.30) esclarece que “na antiguidade, o artista passa a ser visto como espírito livre, inflamado, crítico, denunciador e dirigido pela emoção.”

Com a chegada do Iluminismo e Revolução Industrial surge o modelo do raciocínio lógico, predomínio das ciências e tecnologia, e por muito tempo houve a desvalia da das artes, da criatividade, da intuição, do universo simbólico e das emoções. Apesar da predominância do racionalismo, as artes sempre estiveram presentes no desenvolvimento da humanidade, permitindo registros de sua história, estilos e movimentos artísticos, expressão de momentos históricos e movimentos culturais.

A partir do século XIX, as artes além de serem recursos de expressão do homem, passaram a ser utilizadas como agentes terapêuticos, inicialmente como maneira de tratamento de doenças mentais.

A utilização de recursos expressivos, como desenho, pintura, acontece desde os primórdios, a exemplo das pinturas em cavernas, porém para fins terapêuticos vem sendo estudada desde 1876, nas pesquisas do psiquiatra Max Simon, em que “classificou as doenças de acordo com as produções artísticas de seus pacientes”, como nos esclarece Carneiro (2010, p. 25).

Freud, em 1910 publica alguns trabalhos enfatizando a análise de artistas e sua arte e tem como foco esclarecer para o fato de que o inconsciente se manifesta por intermédio das imagens. Tais imagens são facilitadoras de acesso aos conteúdos secretos do indivíduo. Mais tarde na década de 20, Carl Gustav Jung dá origem à várias experiências e estudos sobre a utilização de recursos artísticos, “como forma de tratamentos dos seus clientes em sessões da psicoterapia”, como informa Carneiro (2010, p. 26).

Sigmund Freud e Carl Gustav Jung trouxeram as bases teóricas para o desenvolvimento inicial da arteterapia como campo específico científico de atuação na área da psicologia e saúde mental.

Jung foi o primeiro a utilizar a expressão artística em consultório. Jung asseverou que as atividades plásticas e a criatividade são funções psíquicas inatas que auxiliam no processo de evolução da personalidade, além de possibilitar a estruturação do pensamento.

Para Jung, as imagens retratam o inconsciente como uma atividade natural do homem, podendo auxiliar na estruturação do pensamento e no processo analítico. Sendo a arte um instrumento essencial para o desenvolvimento humano, infere-se que a Arteterapia auxiliaria no acesso aos conteúdos inconscientes. Nesse sentido, a arte facilitaria o encontro com o Si-mesmo, assim como ir ao encontro de sua própria essência e a imersão no próprio mundo interno.

Os pensamentos de Jung deram origem à várias experiências e estudos sobre a Arteterapia em diversas áreas. Especificamente no Rio de Janeiro, a teoria junguiana inspirou a psiquiatra Nise da Silveira a aplicar a arte como método terapêutico, dando origem a um vasto material artístico produzido no seu espaço de terapêutica ocupacional, situado no antigo Hospital Psiquiátrico Pedro II, hoje Instituto Nise da Silveira.

#### 6.8.1 Nice da Silveira e a Revolução da Arteterapia no Brasil

No Brasil, a história da arteterapia nasce na primeira metade do século passado, entrelaçada com a psiquiatria é influenciada tanto pelas obras da psicologia analítica de Carl Gustav Jung. Osório César (1895-1979) e Nise da Silveira (1905-1999), foram psiquiatras precursores no trabalho com arte junto a pacientes em instituições de saúde mental. Ambos contribuíram para o desenvolvimento de uma outra abordagem frente à loucura, contrapondo aos métodos agressivos de contenção vigentes na época (eletrochoque, isolamento e lobotomia) à possibilidade de expressão da loucura e de sua eventual cura através da arte. A eminente psiquiatra utilizava recursos artísticos com o intuito de propiciar meios alternativos de expressão para os cidadãos em sofrimento psíquico, bem como visava proporcionar a reabilitação psicossocial. Silveira esclarece:

Mas eu não examinava as pinturas dos doentes que frequentavam nosso ateliê sentada no meu gabinete. Eu os via pintar. Via suas faces crispadas, via o ímpeto que movia suas mãos. A impressão que eu tinha era de estarem eles vivenciando estados de ser inumeráveis e cada vez mais perigosos. Não me era possível aceitar a opinião estabelecida: pintura não figurativa significaria embotamento de afetividade, tendência à dissolução do real. (SILVEIRA, 2015, p. 19).

Doutora Nise da Silveira: psiquiatra, cientista, revolucionária e alagoana, durante toda a sua vida (1905-1999) lutou pela necessidade de rever padrões da sociedade. Através da utilização das expressões artísticas, tais como: desenho, pintura, escultura, teatro, música, cinema, dança como método de acolhimento e tratamento, metamorfoseou doentes dopados, alienados, marginalizados pela ciência e sociedade, por pessoas dignas, integradas a sociedade, assistidas, tratadas e curadas. Sua história é marcada por resistência e luta, sempre amparada pela ciência, mas sem permitir que a racionalidade excessiva deixasse de fora o afeto e a escuta.

Na escola viva que eram os ateliers de pintura e de modelagem constantemente levantavam-se problemas. Dificuldades que conduziam a estudos apaixonantes e muitas vezes tornavam necessária a procura de ajuda fora do campo da psiquiatria – na arte, nos mitos, religiões, literatura, onde sempre encontraram formas de expressão das mais profundas emoções humanas. (SILVEIRA, 2015, P.13).

O intuito das pesquisas de caráter interdisciplinar de Dra. Nice, “era não propriamente buscar sinais de patologias nas obras, mas penetrar o ser humano nas dimensões e nos mistérios dos processos do inconsciente” (MELLO, 2014, p. 21). Para tais investigações sempre de caráter prático, ela fez uso da psiquiatria, psicanálise, filosofia, literatura, arte, religião e psicologia junguiana.

Conforme relata Silveira, neste caminho mais amoroso e afetivo, construiu-se um tratamento mais humano, com inegáveis efeitos terapêuticos na reabilitação dos pacientes, que “proporciona esclarecimentos para a compreensão do processo psicótico, e constitui igualmente verdadeiro agente terapêutico.” (MELLO, 2014, p.22).

Para a Dra. Nise da Silveira, a função terapêutica da arte era “permitir a expressão de vivências não verbalizável por aqueles que se acham mergulhados na profundidade do inconsciente” (MELLO, 2014, p.18), ou seja, em um mundo fora do alcance da elaboração racional, cabendo ao terapeuta a tarefa de estabelecer

conexões entre imagens que emergem do inconsciente e a situação emocional vivida pelo indivíduo. Nessa tarefa, apoiava-se sobretudo na psicologia analítica de Jung, de onde derivou uma das mais importantes abordagens em arteterapia, de cujos conceitos principais iremos tratar adiante.

O mais importante acontecimento ocorrido nas minhas buscas de curiosa dos dinamismos da psique foi o encontro com a psicologia junguiana. Jung oferecia novos instrumentos de trabalho, chaves, rotas para distantes circunavegações. Delírios, alucinações, gestos, estranhíssimas imagens pintadas ou modeladas por esquizofrênicos, tornavam-se menos herméticas se estudadas segundo seu método de investigação, E também não lhe faltava o calor humano de ordinário ausente nos tratados de psiquiatria. (SILVEIRA, 2015, P.13).

A Dra. Nice da Silveira, uma psiquiatra rebelde, como o senhor Luiz Carlos Mello, amigo e autor do livro de sua vida, enfatiza o espírito revolucionário de uma mulher que é um marco na história da psiquiatria e, sua rebeldia no campo das ciências, traz muito amor, afeto como norma de conduta em sua profissão e possibilidades de expressões através de materiais artísticos, aos seus pacientes psiquiátricos.

#### 6.8.2 Arteterapia e Individuação: Arte como Caminho Terapêutico

Segundo Santos e Cunha (2014, 143), “a arteterapia é um método baseado no uso de várias formas de expressão artística com uma finalidade terapêutica”. Trata-se de um recurso terapêutico em que são utilizadas as expressões artísticas oferecendo possibilidades de expressões não verbais, de acessos aos conteúdos do inconsciente, de expansão da consciência, de prevenção e tratamento de sofrimentos (doenças, traumas etc.), e pode ser facilitador do resgate, desbloqueio e fortalecimento de potenciais da criatividade. Etimologicamente, a palavra criatividade deriva do verbo criar, que vem do latim creare e significa dar existência a algo.

Criar é basicamente formar. É poder dar forma a algo novo. Em qualquer que seja o campo de atividade, trata-se deste novo de novas coerências que se estabelecem na mente humana, fenômenos relacionados de modo novo e compreendidos em termos novos. O ato criador abrange, portanto, a capacidade de compreender, e esta, por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar. (OSTROWER, 2014, p.9).

O potencial criativo é inerente ao homem e está presente no processo evolutivo da raça humana.

[...] são “possibilidades do homem que se convertem em necessidades

existenciais. O homem cria, não apenas porque quer ou porque gosta e sim porque precisa, ele só pode crescer como ser humano, coerentemente, ordenando, dando forma, criando. (OSTROWER, 2014, 10).

A arteterapia sendo uma possibilidade de “dar existência a algo”, de exercer “o criar”, pode permitir o ser humano a encontrar, comunicar e expandir seu próprio caminho singular e criativo, ainda possibilitando a expressão, a revelação e ao reconhecimento de seu mundo interno e desta forma, conteúdos inconscientes vêm à consciência sendo um recurso que promove o processo de individuação.

Todo esse processo de tomada da arte e criação, como ferramenta teórica e prática de um atendimento estruturado e organizado, deu origem ao que atualmente se reconhece como Arteterapia.

A Arteterapia possibilita uma relação entre as partes conhecidas e desconhecidas de nós mesmos, por meio da emergência, elaboração e integração de conflitos psíquicos, facilitando o que Jung chamou de processo de individuação, ou seja, de ampliação da consciência e realização do si- mesmo, gerando belos voos rumo a uma vida mais autêntica, saudável e harmônica. (MACIEL e CARNEIRO, 2012, p. 26).

No Brasil, a Arteterapia foi incluída no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) em janeiro de 2013, no grupo das Terapias Criativas, com o número de registro 2263-10. A União Brasileira de Associações de Arteterapia (UBAAT), entidade responsável pelo estabelecimento de diretrizes para o exercício da Arteterapia e formação de arteterapeutas, apresenta a Arteterapia como uma prática terapêutica que se baseia na crença de que o uso da arte, com base em um processo terapêutico, propicia resultados em um breve espaço de tempo, estimulando o crescimento interior, o abrir de novos horizontes e a ampliação da consciência do indivíduo sobre si e sobre sua existência. Para isso, utiliza a expressão simbólica, de forma espontânea, sem preocupar-se com a estética, e é isso que a identifica como uma disciplina diferenciada. Enquanto a Arte Educação ensina arte, a arteterapia possui a finalidade de propiciar mudanças psíquicas, assim como a expansão da consciência, a reconciliação de conflitos emocionais, o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal. Além disso, a arteterapia tem também o objetivo de facilitar a resolução de conflitos interiores e o desenvolvimento da personalidade. Por ser bastante transformadora, pode ser praticada por crianças, adolescentes, adultos, idosos, por pessoas com necessidades especiais, enfermas ou saudáveis. Hoje, é exercida em ateliês e instituições com atendimentos individuais ou em grupos, auxiliando essas pessoas a transpor as barreiras que impedem uma

caminhada saudável e contínua. (UBAAT, s/d, s/p). Philippini ainda sobre o conceito de Arteterapia esclarece que:

Uma, dentre às inúmeras formas de descrever o que é mesmo Arteterapia, será considerá-la como um processo terapêutico, que ocorre por meios da utilização de modalidades expressivas diversas. As atividades artísticas utilizadas configuraram uma produção simbólica, concretizada, em inúmeras possibilidades plásticas, diversas formas, cores, volumes etc. Esta materialidade permite o confronto e gradualmente a atribuição de significados às informações provenientes de níveis muito profundos da psique, que pouco a pouco serão apreendidos pela consciência. (PHILIPPINI, 2013, p. 11).

Cortez esclarece que:

Apesar do termo “arte” estar relacionado à diversas linguagens artísticas, a “arteterapia” refere-se ao trabalho dos profissionais, arteterapeutas, que utilizam as artes como recurso terapêutico, e “artes em terapia” ou “terapias expressivas” para denominar o uso mais amplificado das diversas linguagens artísticas. Tanto na arte quanto na terapia é expresso a capacidade humana de perceber, figurar e reconfigurar suas relações consigo, com os outros e com o mundo, retirando a experiência humana do cotidiano, estabelecendo-a sob novas luzes e criando novas relações entre seus elementos, misturando o velho com o novo, o conhecido com o sonhado, o temido com o vislumbrado, trazendo assim novas integrações, possibilidades e crescimento. (CORTEZ, 2023, p.124).

Jung utilizou ao longo de sua vida expressões artísticas, tais como desenhos, pinturas, modelagem, elaboração de mandalas, e por meio dessas práticas, mergulhou profundamente em si mesmo e nas transformações psíquicas que se operam. Ele acreditava no potencial do fazer artístico para facilitação no processo de ampliação de consciência e integração de conteúdos inconscientes.

Muitas vezes as mãos sabem resolver enigmas que o intelecto em vão lutou por compreender. Modelando um sonho, podemos continuar a sonhá-lo com mais detalhes, em estado de vigília, e um acontecimento isolado, inicialmente ininteligível, pode ser integrado na esfera da personalidade total, embora inicialmente o sujeito não tenha consciência disto. (JUNG, 2019, p. 33, § 180).

O processo de individuação ou de realização do Self, tem a finalidade do desenvolvimento da personalidade individual através da diferenciação psicológica com o coletivo. O conceito do processo de individuação para Jung:

(...) significa tornar-se um ser único, homogêneo, na medida em que por 'individualidade' entendemos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio si mesmo. Podemos, pois, traduzir 'individuação' como 'tornar-se si mesmo' ou "o realizar-se do si-mesmo". (JUNG, 2019e, p. 63, § 267).

Estar no caminho da individuação, significa estar consciente de si mesmo e,

embora vivendo em sociedade, poder pensar e atuar também de forma individual e inteira, particular e única com a comunidade.

No processo de individuação a psicoterapia pode contribuir de maneira importante, servindo a arteterapia como mediadora no acesso de conteúdos inconscientes, trazendo-os à consciência. Por meio do tratamento da psicoterapia, conteúdos até então inconscientes, vêm à consciência e, assim, é possível tratar e ressignificar os sofrimentos e sintomas causados pela violência sofrida pela mulher na infância.

A redução dos sintomas é apresentada a partir de um entendimento sobre si e a possibilidade de visualizar a situação ou contexto em que está inserido, desta forma é permitido que sejam ressignificados sentimentos e pensamentos os quais não estavam sendo reconhecidos ou elaborados pelos participantes. (BUENO e FILHO, 2019, p. 434).

Vários são os recursos artísticos que podem ser utilizados como facilitador no processo de individuação e, portanto, para tratamento das consequências da violência sofrida pela mulher na infância. Escolhemos a utilização de contos de fadas elegendo o Conto da Moça Tecelã e a prática da costura (tecer) como recursos expressivos para a presente pesquisa.

### 6.8.3 O Simbolismo e a Arte de Tecer

A palavra tecer origina-se do latim *texere*, que significa tecer, tramar, urdir, entrelaçar fios, entretecer, fiar, tricotar, prender fios de forma organizada. Tecer é o ato de criar tecidos através do entrelaçar dos fios, produzir tecido, manipular fios pela urdidura e a trama. Estima-se que o tecer tenha sido inventado há mais de 6.000 anos, sendo que os primeiros tecidos nasceram da manipulação das fibras naturais com os próprios dedos e, desta forma, o homem deu início à arte da feitura da cestaria. Segundo Dinah Pezzolo (2007, p. 9), “as fibras utilizadas eram elásticas e, portanto, flexíveis, e tendo essa característica, o homem estava tais fibras, amarrando-as entre uma árvore e o próprio corpo” e, dessa forma, alternando a trama improvisou o tear. Assim foram sendo criadas formas de manipulação das fibras, novos modos de entrelaçar-las, novos desenhos foram sendo elaborados, e outras texturas foram sendo descobertas. A atividade do tecer nos remete a tempos ancestrais, podendo ser considerada uma das artes mais antigas do mundo,

surgindo entre os homens para elaboração de instrumentos, tendo em vista a proteção da própria vida. Na Era Paleolítica, há cerca de 12.000 anos atrás, os primeiros homens já usufruem do princípio da tecelagem, entrelaçando pequenos galhos, ramos, folhas e troncos de árvores com o objetivo de construir barreiras, escudos ou cestas, possivelmente inspirados pelas teias de aranha ou pela forma como os pássaros constroem seus ninhos. Estima-se que os primeiros tecidos foram criados a partir do uso do algodão, linho, lã e pele de animais.

A partir da feitura dos teares que séries de fios foram tramados, dando origem aos tecidos. E o tear manual continua acompanhando o homem desde a Antiguidade, manipulado por povos simples nos mais diferentes pontos do planeta como instrumento de trabalho de renomados artesãos.

São muitos os significados simbólicos associados ao ato de tecer, refletindo a importância histórica e cultural da tecelagem. Segundo CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (2019, p. 872), “na tradição do Islã, o tear simboliza a estrutura e movimento do universo. Já no norte da África”, o trabalho de tecelagem é o de criação, um parto, ou seja, quando o tecido está pronto, o tecelão corta os fios que o prendem ao tear e, ao fazê-lo, pronunciar a fórmula de bênção que diz a parteira ao cortar o cordão umbilical do recém-nascido. Tudo se passa como se a tecelagem traduzisse em linguagem simples uma anatomia misteriosa do homem.

Estes autores nos ensinam que o tecido, fios, tear, instrumentos que servem para tear ou tecer são todos símbolos do destino. Servem para designar tudo o que rege ou intervém no nosso destino: a lua tece os destinos, a aranha tecendo sua teia é a imagem das forças que tecem nossos destinos. As Moiras são fiandeiras, atuam no destino, são divindades lunares. Tecer é criar novas formas.

Tecer não significa somente predestinar e reunir realidades diversas, mas também criar, fazer sair de sua própria substância, exatamente como faz a aranha, que tira de si a própria teia. Inúmeras deusas, deusas importantes, trazem na mão fusos e rocas e controlam, não somente os nascimentos, mas o decurso dos dias e o encadeamento dos atos. (CHEV ALIER & GHEERBRANT, 2019, p. 872).

Na história vê-se que os fios, a máquina do tear, o exercício do tecer são símbolos que aparecem em diversas tradições, em contos de fadas, narrativas e mitos. Aqui estão alguns exemplos dos contos e mitos: A Bela Adormecida, As Três Fiandeiras, O Fio de Ariadne, As Moiras, Atena, O fio de Aracne, O manto de Penélope.

Uma vez aqui alinhavados na história aspectos simbólicos da atividade do tecer e sua utilização, será estudado o conto A Moça Tecelã, que está descrito na íntegra no (ANEXO D) do presente trabalho. Marina Colasanti, artista da sintaxe, do jogo linguístico e dos sentidos simbólicos, tece com palavras mágicas o conto com seus vocábulos que se entrelaçam e conduzem a um outro tempo. Tempo em que os homens guerreiros partiam para as batalhas, e as mulheres encontravam na arte do tear o espaço para viver a longa e difícil espera. Porém, no conto criado por Marina Colasanti, a moça não espera. A moça tecelã constrói e estrutura no tear sua própria história. Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe. Ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou como seria bom ter um companheiro. Ao se descobrir infeliz, a moça tecelã, segurou a lançadeira ao contrário e desfez o marido durante a noite.

A próxima etapa desta pesquisa será alinhavada a utilização da atividade do tecer como facilitadora no processo de ressignificação da história da mulher que sofreu violência psicológica na infância, no trabalho psicoterapêutico, tendo a possibilidade do manejo de conteúdos desorganizados, “esgarçados” e inconscientes, trazendo-os à consciência e, desta forma, contribuindo para o processo da individuação.

#### 6.8.4 Tecendo fios da vida através da Arteterapia

No conto A Moça Tecelã a narrativa inicia com uma moça sozinha em sua pequenina casa diante de um tear, produzindo a partir de lãs coloridas tudo o que necessita para a sua existência. Ela tem uma intensa conexão consigo mesma e sabe exatamente suas necessidades e como atendê-las. Vive em perfeita sintonia com seu mundo interno e externo, tem o poder de intervir na natureza, assim ela tece as estações do ano, o nascer e o pôr do sol, os alimentos.

Até essa parte do conto a protagonista Moça Tecelã encontra-se em comunhão com sua própria essência, sendo que o Ego (centro da consciência, nossa percepção da realidade) está a serviço do Self (totalidade, instância superior, divino em nós, imagem de Deus em nós = Imago Dei), pois consegue de forma clara perceber quais são suas vontades e necessidades. De forma fluida e leve é

protagonista de sua própria história, realizando em sua vida sua essência, o Si mesmo.

Uma característica especial da moça é que ela estabelece uma relação humanizada e pessoal com a natureza, tendo capacidade de intervir no mundo ao seu redor, transformando situações e trazendo à existência novas realidades. Ela tem o poder de agir sobre si mesma, sobre o universo de forma independente e autossuficiente.

Até aqui, a moça tecelã exerce a atividade de tecer a sua vida com poder em atuar sobre as forças da natureza a fim de transformar uma situação de desequilíbrio com vista ao reequilíbrio. A moça tem seus aspectos sensoriais apurados, utilizando-os para melhor interação com o mundo interno e externo, portanto, uma vida plenamente em harmonia com seu processo de individuação.

Em certo momento da história a moça traz um sentimento de solidão, vazio e decide tecer um companheiro. Podemos fazer uma analogia com a criança que sente necessidade de atender e agradar aos pais, e família, e sociedade. Logo que o ser querido se materializa, a tecelã a pedido dele tece uma casa maior, que em seguida ambiciona um castelo monumental. Isso se dá porque o esposo não vê o mundo da mesma forma: para a jovem de costumes simples, o tear produz o essencial, que garante a sobrevivência, porém para o companheiro ganancioso o entendimento da arte de criar ocorrem apenas como instrumento de acúmulo de riquezas (castelo com torres, cofres e cavalos). A partir deste momento do conto, a moça já não mais despende sua energia psíquica em prol do seu Self, e sim para atender as vontades de seu marido. Houve um desvio e se distancia de si mesmo, de forma inconsciente. Neste ponto já não mais está agindo com seu Self, mas sim com o falso-self, que é subordinado ao ego.

Nessa fase da história a moça continua tecendo em seu tear, porém afasta-se de seus próprios sonhos, tais como, desejo de companhia, construir família e ter filhos, e desta forma desvia-se do seu processo de individuação. À medida em que se distancia de suas necessidades, também deixa de perceber seu próprio mundo interno, e mundo exterior, a natureza, e assim não mais interage com o universo. Nesse ponto nota-se um rebaixamento da consciência (parte da psique que inclui pensamentos, sentimentos, memórias, ou seja, percepções que temos controle). A

moça age de forma automática e passa somente a atender os pedidos de seu marido ganancioso.

À medida em que nega a si própria, suas necessidades e desejos, para atender as demandas do companheiro, mistura-se ao outro de forma inconsciente num processo automático e simbiótico, e seu Ego (centro da consciência) fica enfraquecido, perdendo seu propósito de vida. Incorpora a persona (personalidades adaptativas criadas, para corresponder às expectativas da sociedade) de mulher casada, de dona de casa, vivendo como se a vida fosse somente exercer tais papéis. Utilizando sua energia psíquica de forma equivocada, e distanciando-se de seu próprio processo ou caminho da individuação, entra num estado de exaustão. Esta exaustão é simbolicamente a consequência do abuso que está sofrendo, fruto da vaidade, imposição de um outro, o marido, que exige que ela teça o que não faz sentido para sua existência.

Com o passar do tempo a moça está esgotada da situação que se encontrava. E por meio desse sentimento de esgotamento a jovem revê a trama que ela mesma criou e sente saudades de quem de fato era. E então de volta ao seu próprio caminho, toma consciência do quanto distanciou-se de si mesma, das suas necessidades e sonhos e, imediatamente toma a decisão de desfazer o que ela mesma teceu que a fez tão infeliz e dessa forma, transforma o rumo de sua trajetória de vida.

A partir de seu mundo interno, valendo-se da consciência do quanto estava infeliz e distante daquilo que ela era em essência e do que desejava. A moça tecelã parece também rever o tempo a fim de repensar sua história tecida. Não teria chegado o momento de rever e visitar a própria história tecida? De mudar seu ponto, de afrouxar suas amarras? Ou ainda de destecer o já tecido que lhe passa a causar tamanho sufoco e enorme descontentamento? Não teria ela o poder em suas mãos de destecer e tecer novamente, experimentando novos pontos, fios e tecidos?

Finalmente, com o fio da sua vida de novo em suas mãos, a heroína conquista o almejado objetivo, o desejo da felicidade, que não representa mais um amor que vem de fora, mas o amor-próprio que passa a lhe ser suficiente.

O presente estudo utiliza a contação da história abordada, juntando, costurando com a atividade do tecer como recurso expressivo em processo terapêutico, sendo tal junção mediadora e facilitadora para que conteúdos do

inconsciente emergem à consciência, a fim de que sejam trabalhados, analisados, ampliados e ressignificados. Dentre as atividades do tecer utilizadas como recursos expressivos e criativos, é possível fazer uso das técnicas: costura, bordado e o patchwork em setting terapêutico. Para fazer uso destas técnicas, o terapeuta deverá providenciar os seguintes materiais: tecidos, linhas, régua, tesouras, agulhas, alfinetes, máquina de costura, desmanchador de costuras, canetas para tecidos e placas de cortes.

Puxando o fiozinho desta trabalho com firmeza e flexibilidade para o setting terapêutico, a partir de queixas, sofrimentos, lembranças dolorosas, abusos sofridos, diagnósticos de doenças e sintomas trazidos pelo paciente, torna-se possível unir a reflexão do conto e propor a atividade do tecer, por ser um processo simbólico que poderá ser utilizado como recurso de expressão no sentido de trazer conteúdos do inconsciente à consciência, e desta forma simbolizar e ressignificar a violência sofrida e a história de vida da paciente.

O ato de tecer envolve transformar fios ou fibras em um tecido ou tapete. Esse processo é visto como uma forma de criação e renovação, que pode representar o fazer algo novo a partir do que já existe. Isso pode ser aplicado a muitos aspectos da vida, desde a criação de novos objetivos de vida, de novas relações, da construção de novos caminhos para a vida etc.

Podemos, por exemplo, pedir ao paciente que reflita no que gostaria de fazer no futuro, a partir de suas experiências passadas, o que gostaria de construir, de conquistar, o que lhe toca a alma. Sugerir que por meio de um tecido, agulha e alguns fios de linha, para bordar algo que simbolize um novo caminho.

O processo de tecelagem envolve transformar os fios em um novo objeto. Isso pode ser encarado como um símbolo de transformação e mudança, representando a capacidade de transformar algo simples, superficial em algo complexo, coeso e belo. A partir de alguns fios emaranhados, desfiados, podemos pedir ao paciente que escolha uma cor para que seja feito um novo objeto (tecido, bordado) que represente algum processo de transformação. Aquilo que estava inconsciente trazendo sofrimento poderá ser trazido à consciência com o objetivo de ressignificar e transformar o que estava ferido, confuso e embaralhado, em algo novo.

Tecer pode ser um processo demorado e exige muita paciência, persistência e resiliência, onde mediante um pequeno e constante esforço pode-se obter grandes resultados ao longo do tempo.

Ainda refletindo sobre a atividade do tecer, a atitude que envolve o entrelaçar dos fios e criar um tecido coeso pode ser vista, analisada e pensada como um símbolo de união e colaboração entre pessoas e culturas diferentes. O tecido final pode ser visto como um símbolo da comunidade que se uniu para criar algo.

A atividade do tecer é uma tradição antiga que tem sido transmitida de geração em geração em muitas culturas. O tecido final pode simbolizar a identidade e cultura de um povo, refletindo suas tradições, valores e habilidades. Estes são apenas alguns dos muitos significados simbólicos associados ao ato de tecer.

Philippini (2018, p. 61) afirma que no "processo arteterapêutico, tecer equivale a ordenar, a articular, a entrelaçar, a organizar, a apropriar-se do próprio fluxo criativo e existencial" e através das mãos, traçam-se linhas, risca-se, é possível sentir-se texturas, temperaturas e pressões; através das mãos é possível ainda dar vida aos personagens, expressando afetos, desejos e emoções.

Através das mãos é possível dissolver, fragmentar e rasgar algo que não faz bem naquele momento; porém, as mãos também são úteis no processo de reconstrução e permitem recomeçar algo de forma mais equilibrada, mais saudável e mais agradável para aquele sujeito. As mãos são instrumentos terapêuticos de excelência para serem potencializados no processo arteterapêutico, pois possuem infinitas possibilidades criativas, construtivas e reconstrutivas.

Philippini (2013, p. 64) afirma que "É nesse universo de mãos e materialidade que construímos nossa autonomia expressiva e ativamos nosso processo criativo, deste modo, estas mãos são instrumentos potenciais de germinação e construção".

A técnica de tecelagem pode ser adaptada para a prática de Arteterapia, permitindo que o indivíduo possa trabalhar em seu próprio ritmo e escolher cores, texturas e padrões que reflitam seus sentimentos e emoções. Philippini (2018, p. 60) conceitua que no "contexto arteterapêutico, a produtividade da tecelagem é grande: tecer, tramar, urdir, produzir tessituras, dominar o fio e com ele formar estruturas."

Ao utilizar a tecelagem como técnica de Arteterapia, a pessoa cria um espaço seguro e relaxante para explorar suas emoções e pensamentos. A tecelagem ajuda

a promover a concentração e o foco, acalmando a mente e permitindo que o indivíduo se sinta mais presente e conectado com sua criatividade interior.

Como recurso em Arteterapia, a costura pode ser utilizada para estimular a criatividade, liberando a expressão de sentimentos e emoções, e promovendo o bem estar emocional. A costura ajuda a pessoa a se sentir presente e a trabalhar com as mãos proporciona uma sensação de realização e satisfação.

A técnica da costura também pode ser utilizada para criar objetos com significado pessoal e simbólico. Por exemplo, a pessoa pode costurar um objeto que represente uma memória significativa ou uma experiência importante. A escolha das cores, tecidos e padrões ajuda a pessoa a expressar sentimentos e emoções de uma forma criativa e segura.

Essa técnica pode ser utilizada como um recurso na Arteterapia, permitindo que a pessoa explore sua criatividade e expressão pessoal.

Ao bordar, a pessoa pode escolher cores, padrões e estilos que refletem suas emoções e pensamentos. O bordado ajuda a promover a concentração e o foco, permitindo que a pessoa se sinta mais presente e conectada com sua criatividade. Também pode ser uma atividade meditativa, ajudando a pessoa a se acalmar e a relaxar.

O bordado pode ser usado para criar peças únicas e personalizadas que reflitam a personalidade da pessoa, suas memórias e experiências. O processo de bordar é uma forma de auto expressão e pode ajudar a pessoa a processar e expressar emoções que talvez não consiga verbalizar.

O patchwork é também utilizado como uma técnica terapêutica, em que o ato de costurar e a concentração necessária para a criação de um projeto ajudam a pessoa a se concentrar, a relaxar e a liberar emoções e sentimentos negativos. Alinhavando, juntando, unindo retalhos, farrapos, pedacinhos de tecidos que ficaram sem utilidade, com sensação de estarem perdidos e sem serventia, o planejamento do objeto novo implica em unir e costurar o que antes estava desconexo, confuso, aparentemente sem serventia, tornando-o belo, coeso e firme.

Tanto a costura, bordado e técnica de patchwork, podemos propor a paciente que primeiramente costure ou faça um bordado pensando no sentimento, na ferida, na dor que a violência sofrida lhe causou e causou em seu passado. Como uma segunda etapa da atividade, a proposta é desmanchar o que está feito. E utilizando

os mesmos materiais: tecido, agulha e linhas, como terceira etapa, realizar um novo bordado de uma figura que represente como almeja a vida no futuro, simbolizando o por vir e a cura da ferida. A título de outros exemplos, as seguintes questões podem ser trabalhadas com pacientes: sonhos, desejos de infância que se perderam ao longo da vida, o que está sem serventia, disperso, e que precisa ser olhado, aceito e ressignificado, aquilo que precisa de nova forma ou utilidade, as experiências de vida que precisam de novos sentidos, usos e significados.

A utilização da técnica de tecer resgata lembranças de infância, memórias afetivas, sonhos, objetivos de vida não realizados dos pacientes atendidos, para que tais conteúdos possam ser trabalhados, refletidos, analisados e ressignificados. O uso do conto da Moça Tecelã tem o propósito de ilustrar, justificar, esclarecer a atitude simbólica do tecer como recurso expressivo e terapêutico.

Por meio deste estudo constatou-se que são inúmeras as possibilidades em utilizar a técnica de tecer a partir da contação da história da Moça Tecelã como mediadora para o acesso a conteúdos inconscientes, a partir da consciência, e dessa forma, trabalhar a ressignificação violência sofrida e da própria história de vida, contribuindo assim, como mediador e facilitador no processo de individuação da cliente.

Ainda, sobre tal recurso expressivo, pode ser utilizado em pacientes que sofreram traumas, abusos, abortos, processos de luto, dificuldade no acesso a memórias, que apresentam timidez, com dificuldades em se expressar verbalmente, processos em que o paciente precisa integralizar aspectos esgarçados da personalidade ou de sua história pessoal, podendo assim facilitar o manejo de situações conflitivas carregadas de afeto.

Elegemos o tecer e os contos, a contação de histórias como recursos artísticos para o presente trabalho, mas são inúmeras as possibilidades, podemos utilizar: desenho, pintura, escultura, música, dança, teatro, cinema, mitologia, jardinagem, colagem. Tivemos como grande exemplo a Dra. Nice da Silveira que nos presenteou com sua dedicação dando-nos exemplos, através do acolhimento, tratamento e cura de seus pacientes internados em hospital psiquiátricos sendo portadores de doenças mentais consideradas graves pela medicina, que através do acolhimento, do afeto e da arte é possível ofertar recursos de tratamento e cura.



## 7. DISCUSSÃO

Este trabalho evidencia a profunda complexidade e as duradouras consequências da violência vivida por mulheres durante a infância, destacando a forma como tais experiências impactam o desenvolvimento psíquico, emocional e relacional ao longo da vida.

Foi possível constatar, que fatores culturais e sociais influenciam significativamente a violência praticada dentro do ambiente familiar, e que essa violência acaba sendo naturalizada através de crenças que vem justificar essa conduta como uma forma efetiva de educar ou disciplinar a criança.

Vale ressaltar que a violência direcionada a uma menina parece ser ainda mais danosa, pois vivemos em uma sociedade em que desde criança, as mulheres são expostas a diversas situações de desvalorização e violação dos seus direitos.

De acordo com Abranches e Assis (2011), crianças que são expostas a situações de violência durante a infância, são vinte vezes mais suscetíveis a manifestar queixas de ansiedade e depressão do que aquelas que não são. Outro dado importante que as autoras trazem é que a violência no contexto familiar é um fator de risco em sua maioria, seja para o desenvolvimento individual ou para as relações interpessoais, o que influencia diretamente nossa dinâmica social, tornando-se uma situação de saúde pública. (Abranches; Assis, 2011).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2020), uma entre quatro crianças se constituem vítimas de algum tipo de violência, antes mesmo de completarem dezoito anos. Dados como estes são alarmantes e evidenciam quão grave é a situação.

Cecy Abranches, Psiquiatra com especialização em Psicoterapia Infanto-Juvenil e Simone Gonçalves de Assis, médica, mestre, doutora e pesquisadora da fundação Oswaldo Cruz, desenvolveram importantes trabalhos onde foi possível observar que no instante em que uma criança sofre qualquer tipo de violência durante sua infância, ou seja, durante o período em que ocorre o desenvolvimento de sua personalidade, essa violência pode a marcar profundamente o psiquismo infantil e reverberar na vida adulta.

A psicologia analítica reconhece o papel do ambiente na construção de mecanismos protetivos e enfatiza que o sujeito não se desenvolve isoladamente e que os pais ou cuidadores têm o papel fundamental para o desenvolvimento

saudável da personalidade. Tratando-se de um momento delicado do desenvolvimento, o trauma no início da vida pode expor estruturas psíquicas como o Self e o animus denominados por Carl Gustav Jung e o self de Sigmund Freud e fazer com que a psique busque estratégias para fugir de reviver experiências traumáticas que poderiam trazer sofrimentos semelhantes ao que vivenciou no passado.

Outro ponto importante a observar é que os mesmos mecanismos de defesa desenvolvidos na infância, acabam causando sofrimento e prejuízo nas relações interpessoais durante a fase adulta, já que esses mecanismos têm por objetivo manter a pessoa longe de situações que aparentemente a levariam a reviver o sofrimento anteriormente vivido.

Sendo assim, a análise empreendida neste trabalho evidencia a profunda complexidade resultante da violência vivida pelas mulheres durante a infância e as consequências resultantes deste trauma, como agressividade, perfeccionismo, insegurança, etc.

Neste contexto, surge a arteterapia como um valioso recurso terapêutico, possibilitando acessar e elaborar simbolicamente os conteúdos traumáticos armazenados no inconsciente feminino e permitindo que essa mulher ferida consiga se expressar, dando voz e forma aos seus conflitos esquecidos, afetos reprimidos e as violências sofridas durante a sua infância. Durante toda a pesquisa sobre o trabalho em arteterapia, foi possível constatar que por meio da simbolização do sofrimento, era possível a essa mulher obter uma nova forma de percepção, aceitação, ressignificação e autocompreensão do seu sofrimento, assim como o resgate da sua autoestima e a expansão da sua criatividade. Portanto, conteúdos até então inconscientes vêm à consciência.

O valor das ideias criativas está em que, tal como acontece com as chaves, elas ajudam a abrir conexões até então ininteligíveis de vários fatos, permitindo que o homem penetre mais profundamente no mistério da vida. (JUNG, 2008, p. 428).

Através da livre expressão não verbal, fonte potencializadora da criatividade, é possível contribuir para o crescimento pessoal das mulheres vítimas de violência, contribuindo para o autoconhecimento e auxiliando na conquista do bem-estar e da saúde física e mental. Através da presente pesquisa também foi possível conhecer alguns casos atendidos pela médica psiquiatra Dra. Nise da Silveira em seu ateliê

terapêutico dentro do hospital psiquiátrico, sendo notório os benefícios no tratamento de pacientes em profundo sofrimento e transtornos graves.

Carl Gustav Jung também utilizou-se de expressões artísticas em seus atendimentos (desenho e mandalas) para expressar seus próprios conteúdos inconscientes vindos à consciência. Para facilitar a interação verbal com seus pacientes, Jung também fez uso de recursos artísticos, como a técnica do desenho livre que visava facilitar a interação verbal. Jung também obteve resultados surpreendentes ao fazer uso de recursos artísticos, permitindo a expressão de conteúdos inconscientes que seus pacientes não conseguiam verbalizar.

Pensando em exemplificar como a arteterapia poderia ser utilizada para ressignificar o sofrimento da mulher, foi escolhido para este trabalho, o conto da Moça Tecelã e a técnica da costura, como uma forma de exemplificar sua aplicação.

O psicólogo poderá escolher contos de fadas, histórias da mitologia, fábulas que represente uma fase ou a história de vida da paciente que sofreu a violência na infância, podendo fazer reflexões das etapas da história eleita que condizem com a vida da paciente. Ele também poderá sugerir que a paciente crie um desenho que represente algum momento significativo de sua vida, um sonho ou algo que ela deseja para o futuro. Esse processo pretende promover a reflexão a respeito das memórias, pensamentos, emoções e sentimentos trazidos à consciência na forma de conteúdos que até então eram desconhecidos e estavam imersos no seu inconsciente, tendo agora a possibilidade de se manifestarem e serem ressignificados, fazendo emergir a luz a partir da escuridão, despotencializando complexos e facilitando o processo de individuação.

Diante disso, o psicólogo pode utilizar o recurso da arteterapia para a mulher em sofrimento causado por violência sofrida em seu passado, como forma de acolher, compreender e tratar a dor, ressignificando situações traumáticas por meio de expressões artísticas e assim despotencializando os complexos formados a partir das violências sofridas no passado.

Trazendo à consciência sua própria história de vida, a paciente terá recursos psíquicos e ego estruturante, para perceber-se quando estará envolvida e ameaçada em uma nova tentativa de violência, possibilitando agir de maneira a não se deixar ferir novamente em sua vida. Maciel e Carneiro apontam que:

[...] Arte é fazer, arte é exprimir, arte é conhecer [...], definições essas que se aproximam do conceito contemporâneo da arte. Já o termo terapia, thaerapia ou therapeia em grego, no sentido original da palavra significa render culto ou servir a Deus, ser divino, mais amplo, desconhecido. [...] No sentido contemporâneo, terapia significa tratamento, cura, processo de restabelecimento da saúde e bem-estar. [...] Outros pensadores propõem pensar a Arteterapia a ação (fazer artístico) de juntar partes para servir a uma divindade, que aqui pode ser entendida metaforicamente como servir ao nosso Deus interno, ao sagrado em nós, nosso Self. [...] Fazer Arteterapia é criar, agir, articular a fim de religar as partes da alma, em busca de completude. É unir o homem à sua alma, o corpo à mente, o feminino ao masculino, o inconsciente ao consciente. Só inteiros, podemos estar saudáveis, curados, em paz. Aquilo que é inteiro é pleno, sagrado, perfeito.” (Maciel; Carneiro, 2012, p. 23 e 24).

A violência. Física e psicológica contra a mulher não é um fenômeno contemporâneo, mas um traço estrutural das sociedades. Através da experiência das pesquisas que tivemos de realizar para a elaboração do patriarcal que se consolidaram ao longo da história e sua permanência e naturalização demonstram o quanto ela está enraizada nas construções culturais e acabam subordinando o feminino, legitimando práticas de controle e opressão. A partir da antiguidade clássica até os dias atuais, a mulher vem sendo sistematicamente excluída dos espaços de poder e reduzida à esfera privada ou em posição inferior às posições ocupadas pelos homens.

A exclusão das mulheres nos registros históricos revela como o patriarcado opera não apenas na violência física, mas também no plano da memória, do discurso e da subjetividade.

O contexto brasileiro ilustra com clareza a reprodução dessa lógica. Apesar dos avanços legais e políticos impulsionador pelo movimento feminista, especialmente nas décadas de 1930, 1980 e início dos anos 2000, os dados atuais continuam alarmantes. Segundo o Atlas da violência (2019), o número de homicídios de mulheres atingiu níveis recordes, com destaque para o crescimento dos feminicídios cometidos dentro de casa. Isso evidencia que o ambiente familiar, tradicionalmente idealizado como espaço de proteção, tem sido palco recorrente de violência e trauma.

Um tipo de violência muito comum sofrida entre as mulheres é a violência psicológica. Embora sutil, trata-se de uma violência devastadora, já que críticas constantes, isolamento, manipulação e chantagem emocional minam a autoestima da mulher e as aprisionam em ciclos de culpa e dependência.

A normalização desses abusos, iniciada ainda na infância, acaba contribuindo para que muitas vítimas não reconheçam de imediato a violência que sofrem, o que dificulta o rompimento do ciclo abusivo. Quando a violência se inicia na infância, seus efeitos se alastram por toda a vida. Estudo de Nunes & Sales (2016) aponta que a negligência é a forma mais prevalente de violência contra crianças, muitas vezes legitimada por práticas culturais punitivas que associam sofrimento à disciplina. Além disso, o abuso sexual na infância, particularmente dentro do ambiente familiar, é uma das formas mais cruéis de violência. O estudo de Lira et al. (2017) demonstra como este tipo de abuso destrói vínculos familiares, desencadeia transtornos mentais graves e afeta diretamente a vida adulta da vítima. O silêncio e a omissão das famílias - muitas vezes centradas na figura materna que não acredita ou culpa a vítima - reforçam ainda mais o sentimento de falta de proteção e a solidão da criança.

Outro ponto importante e que merece nossa observação é a fragilidade das políticas públicas e da estrutura institucional voltada ao enfrentamento da violência contra mulher e criança. O relatório do Ministério dos Direitos Humanos (2024) revela que apesar do número alto de denúncias de violência infantil, o país conta apenas com onze varas especializadas para julgar esse tipo de crime, com índice de congestionamento superior a 70%. Isso demonstra uma falha estrutural na responsabilização dos agressores, o que acaba transmitindo para a sociedade a mensagem de impunidade.

A persistência da violência está intimamente relacionada à forma como a cultura legitima o domínio masculino e reproduz hierarquias de gênero. Como afirma Joan Schott, o gênero é uma categoria útil de análise para compreender como as estruturas sociais mantêm as desigualdades. Judith Bücler, por sua vez, reforça que o gênero é uma performance, socialmente construída e repetida, o que implica que é possível subverter as normas que sustentam o patriarcado. Portanto, a desconstrução da violência exige não apenas reformas legais, mas também uma transformação profunda nas crenças e práticas culturais que ainda sustentam essa desigualdade.

A escola, neste processo, pode ser um espaço privilegiado de conscientização e ruptura, desde que capacitada e comprometida com a proteção e

escuta das vítimas. A educação para a igualdade, o respeito e a valorização da dignidade humana são instrumentos potentes de prevenção da violência.

Importante mencionar que durante a graduação em psicologia, pouquíssimo foi mencionado pelos professores a respeito da vida e obra da Dra. Nise da Silveira, diante de seu olhar cuidadoso, acolhedor e afetuoso resultando em tratamento humanizado e digno para seus pacientes psiquiátricos.

Sendo assim, gostaríamos de sugerir aos nossos colegas de profissão da psicologia na abordagem da psicologia analítica, na temática da arteterapia, o estudo de outros recursos artísticos expressivos, tais como: desenho, teatro, música, pintura, fotografia, colagem, álbum de memórias, escrita criativa, dobraduras de papel, técnica mosaico utilizando azulejos, uso de argila, desenhos de mandalas, tecidos para serem utilizados em setting terapêutico para tratamento as mulheres que sofrem violência, a fim de ampliar possibilidades para outras expressões além do verbal, e desta forma facilitar o processo de individuação. A utilização das expressões artísticas no tratamento de mulheres que sofreram violência na infância traz a possibilidade de tratamento, transformação e ressignificação de traumas com o propósito de uma vida mais plena e autêntica. Trata-se de um caminho de desenvolvimento psíquico visando a integração do consciente e do inconsciente, tornando a vida mais inteira e harmônica.

Por fim, além do trabalho clínico, este trabalho revela a necessidade de políticas públicas mais efetivas, programas de prevenção e educação emocional desde a infância, assim como a importância de romper com padrões culturais que naturalizam a violência infantil. O combate à violência contra mulheres e crianças exige uma abordagem intersetorial, humanizada e constante, que consiga unir o Estado, a sociedade civil, instituições educativas, profissionais de saúde e a própria vítima, na construção de resistência, acolhimento e construção subjetiva.

## 8. CONCLUSÃO

A trajetória percorrida neste trabalho evidenciou que a violência psicológica sofrida pela mulher durante a infância deixa marcas profundas que reverberam na vida adulta, comprometendo não apenas sua autoestima e saúde psíquica, mas também a forma como estabelece relações consigo mesma, com os outros e com o mundo.

A partir da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, compreendemos que os traumas infantis podem se manifestar na vida adulta por meio de complexos, sintomas psicossomáticos ou padrões repetitivos de comportamento. Jung demonstrou que a psique é autorreguladora e tende ao equilíbrio, mas, quando conteúdos dolorosos permanecem reprimidos, retornam em forma de sofrimento e bloqueiam o processo de individuação.

De acordo com os autores citados, a psique de uma criança seria capaz de se proteger utilizando-se de mecanismos de defesa. Essa atitude protetiva teria o intuito de fazer com que a criança não voltasse a sofrer situações consideradas por ela insuportáveis. No entanto, esses mecanismos de defesa, ao mesmo tempo em que a protegem, geram grande sofrimento. Como consequência do *Self* sombrio verificou-se a reprodução das experiências traumáticas em sonhos, intuições e sensações causando tanto sofrimento quanto a própria experiência do trauma. Já no falso *self*, o verdadeiro *self* passa a ser rejeitado de maneira tão ou mais cruel do que a rejeição infligida pelos pais.

Por sua vez, o animus negativo, formado a partir de respostas a experiências traumáticas, passa a introduzir uma imagem masculina negativa e reprimir sua afetividade no período de desenvolvimento da personalidade, interferindo negativamente com consequências que reverberam na vida adulta.

Nesse ponto, a Arteterapia se apresenta como recurso valioso em processo terapêutico, sendo através dos recursos expressivos, tais como: desenho, pintura, escultura, teatro, música, cinema, dança podem ser utilizados como método de acolhimento e tratamento, como nos exemplifica Dra. Nise da Silveira.

Esse processo não se reduz à racionalidade, mas permite a expressão de conteúdos que não foram verbalizados, possibilitando o acesso aos conteúdos do

inconsciente para que sejam percebidos e trabalhados no decorrer do processo terapêutico. Dessa forma, a Arteterapia, tendo como base a abordagem da Psicologia Junguiana, constitui-se como possível recurso que pode favorecer a ressignificação das vivências traumáticas e desta forma, permite à mulher reconstruir sua autoestima e dignidade.

Outro ponto destacado foi a influência de fatores socioculturais na perpetuação da violência psicológica, seja pela naturalização de práticas abusivas, seja pela reprodução de padrões patriarcais. A Psicologia Analítica, ao reconhecer os arquétipos e o inconsciente coletivo, contribui para compreender que parte desse sofrimento está enraizado em mitos e símbolos que estruturam a cultura. O trabalho terapêutico, portanto, deve considerar tanto os aspectos individuais quanto os coletivos, favorecendo a conscientização crítica e a ruptura com padrões transgeracionais de violência.

Conclui-se que a Arteterapia, sustentada pela Psicologia Analítica, é capaz de oferecer caminhos de ressignificação para mulheres que sofreram violência psicológica na infância. A experiência artística promove elaboração simbólica, integração psíquica e abertura para novas formas de existência. Assim, este estudo reafirma a arte como linguagem universal e transformadora, capaz de auxiliar na reconstrução da subjetividade e no avanço do processo de individuação.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa aponta para a importância de aliar teoria junguiana e práticas clínicas criativas, reconhecendo o potencial da Arteterapia como recurso valioso complementar no tratamento das consequências da violência. Do ponto de vista social, reforça a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso a abordagens terapêuticas humanizadas e transformadoras.

Por fim, este estudo não se encerra em si mesmo: ele abre espaço para novos debates e pesquisas que aprofundem o diálogo entre Psicologia Analítica, Arteterapia e enfrentamento da violência de gênero. Reconhecer a dor, dar voz ao silêncio e criar condições de ressignificação constituem passos fundamentais para que mulheres possam integrar suas experiências, recuperar sua força interior e caminhar em direção a uma vida mais autêntica, plena e integrada.

## 9. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Vítimas silenciosas: um estudo sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2003.

ABRANCHES, C. D. **A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 843-854, maio, 2011.

ABRANCHES, C. D. **A violência psicológica na infância: impactos e desafios**. 2011.

ABRANCHES, C. D. **A (in)visibilidade da violência psicológica familiar e a saúde mental de adolescentes usuários de um hospital público pediátrico terciário**. 2012. 144 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2012.

AGÊNCIA SENADO. **Três em cada dez brasileiras já sofreram violência doméstica, aponta pesquisa do DataSenado**. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/07/tres-em-cada-dez-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica-aponta-pesquisa-do-datasenado>>. Acesso em: 11 de maio de 2025.

ALMEIDA, A. L. M. de. **Arteterapia e violência doméstica: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Psicodrama, v. 20, n. 2, p. 83–94, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BENJAMIN, Jessica. **Laços de Amor: os limites da autonomia**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRANDÃO, Marina Colasanti. A Moça Tecelã. In: Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 152, p. 1-2, 8 ago. 2006.

BROOKLYN MUSEUM. The Dinner Party by Judy Chicago.

BUENO, A. P.; FILHO, C. B. **A arteterapia no atendimento psicológico: revisão sistemática**. *Disciplinarum Scientia | Saúde*, Santa Maria (RS), v. 20, n. 2, p. 421–438, 2019. DOI: 10.37777/2807. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/2807>. Acesso em: 11 maio 2025.

CAMPOS, R. H. F. de. **A Clínica e o trauma: a psicanálise e a abordagem dos traumas psíquicos**. São Paulo: Escuta, 2000.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARNEIRO, Celeste. **Arte, neurociência e transcendência**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

CARNEIRO, Celeste; MACIEL, Carla. **Diálogos criativos entre a arteterapia e a psicologia junguiana**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CARVALHO, Sueli Mendes de. **Arteterapia e violência doméstica: uma proposta de intervenção**. In: SILVA, Maria de Lourdes Custódio da (org.). *Arteterapia: práticas clínicas e socioeducativas*. São Paulo: Vetor, 2014. p. 95–110.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário dos símbolos**. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

CHICAGO, Judy. **The Dinner Party: Restoring Women to History**. Ensaios de Judy Chicago, Frances Borzello e Jane F. Gerhard. Nova York: The Monacelli Press, 2014.

CLAUSSEN, A. H. et al. **Emotional maltreatment and child development outcomes**. 2012.

CORTEZ. **A potência do símbolo água na arteterapia: reflexão teórica à luz de Jung**. *Revista Pró-UniverSUS*, 2023; 14(2):123-131. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rpu.v14iEspecial.3775>. Acesso em: 02 maio 2025.

CUKIER, Rosa. **Sobrevivência emocional. As dores da infância revividas no drama adulto**. 7. ed. São Paulo: Ágora, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

DOLTO, Françoise. **A causa das crianças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

FERNANDES, C. M. **Arteterapia com crianças em situação de violência doméstica: um estudo de caso**. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 13, n. 2, p. 45–53, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUCCIA, E. V. Governo registra 274 mil denúncias de violência contra crianças em 2024. Consultor Jurídico, 15 dez. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-dez-15/governo-registra-274-mil-denuncias-violencia-contras-criancas-em-2024/>. Acesso em: 21 março 2025.

GALVÁN, Gabriela Bruno; AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica**. Aletheia, 30 dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1150/115013591005.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GALVÃO, Instituto Patrícia. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Vitimização de Mulheres, Brasil, v. 1, n. 4, p. 1, dez. 2023. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 18 março 2024.

GOMES, R. F. **A utilização da arteterapia em grupos com mulheres vítimas de violência doméstica**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 15, n. 2, p. 56–66, 2019.

GONÇALVES, Grazieli Aparecida; LOPES, Adriana Goreti De Oliveira. **O matrimônio sagrado yin-yang: anima e animus no processo de individuação**. Self, 2018. DOI: 10.21901/2448-3060/self-2018.vol03.0003. Disponível em: [https://self.ijusp.org.br/self/article/download/31/html\\_1?inline=1](https://self.ijusp.org.br/self/article/download/31/html_1?inline=1). Acesso em: 14 jan. 2025.

HILLMAN, James. **O código do ser: uma abordagem arquetípica para a psicologia do destino**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HODGE, Susie. **Breve história da arte moderna**. Tradução de Julia da Rosa Simões. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2019. p. 45.

INFOPÉDIA. Restaurar. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/restaurar>. Acesso em: 21 março 2025.

JELLEN, L. A. et al. Psychological abuse and child neglect: core aspects of child maltreatment. 2011.

JUNG, Carl Gustav. **A energia psíquica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a. (Vol. 8/1).

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013c. (Vol. 8/2).

JUNG, Carl Gustav. Aion: **Estudo sobre o simbolismo do si mesmo**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b. (Vol. 9/2).

JUNG, Carl Gustav. Fundamentos de psicologia analítica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

JUNG, Carl Gustav. Memórias, sonhos e reflexões. 30. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

JUNG, Carl Gustav. O desenvolvimento da personalidade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013d. (Vol. 17).

JUNG, Carl Gustav. O eu e o inconsciente. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. (Vol. 7/2).

JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a. (Vol. 9/1).

JUNG, Carl Gustav. Psicologia do inconsciente. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b. (Vol. 7/1).

JUNG, Carl Gustav. Tipos psicológicos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013e. (Vol. 6).

JUNG, Emma. **Animus e anima: uma introdução à psicologia analítica sobre os arquétipos do masculino e feminino inconscientes**. 2. ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2020.

LIMA, P. H. N.; RADES, T. C. **O quarto de Jack: tecendo símbolos da relação primal à luz da teoria de Erich Neumann**. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, 2º sem., 2017.

LIMA, S. A. **Arteterapia como instrumento de resgate da autoestima em mulheres vítimas de violência**. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 16, n. 3, p. 334–345, 2021.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho et al. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta**. Texto & Contexto Enfermagem, v. 26, n. 3, p. e0080016, 2017.

LUMA ARLES. Interview with Judy Chicago. LUMA Live. Disponível em: <https://www.luma.org/en/live/watch/judy-chicago-performance-itw-78a9d8b3-4c80-4c5a-becd-fc60a96802da.html>. Acesso em: 21 de abril de 2025.

LUMA ARLES. Notre programme. LUMA Arles. Disponível em: <https://www.luma.org/fr/arles/notre-programme.html>. Acesso em: 21 de abril de 2025.

MELLO, Ana Lúcia Goulart de. **Arteterapia e práticas clínicas contemporâneas**. São Paulo: Summus, 2012.

MELLO, Luiz Carlos de. **Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro: Automática, 2014.

MENDES, Kátia de Souza. **Arteterapia e desenvolvimento humano: contribuições da abordagem junguiana**. São Paulo: Paulus, 2018.

MENIN, F.; LOUREIRO, L.; MORAES, N. M. A maldição de Eva: a face feminina da violência contra a mulher. *Psicologia Revista*, v. 16, n. 1/2, p. 51–71, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18057>. Acesso em: 15 out. 2024.

MIRANDA, R. M. de. O uso da arteterapia como intervenção psicossocial com mulheres vítimas de violência. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 384–392, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p384>. Acesso em: 4 maio 2025.

NEUMANN, Erich. **A criança. Estrutura e dinâmica da personalidade em desenvolvimento desde o início da sua formação**. São Paulo: Cultrix, 1980.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. **Violência contra crianças no cenário brasileiro**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p. 871–880, 2016. Disponível em: . Acesso em: 5 mar. 2025.

NUNES, Leila Maria Torraca. **O feminino ferido: reflexões junguianas sobre a violência contra a mulher**. São Paulo: Ágora, 2019.

OLIVEIRA, F. B.; OLIVEIRA, D. A. **A arteterapia e a ressignificação de vivências de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão de literatura**. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, v. 14, n. 1, p. 188–201, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31072/rcfema.v14i1.1164>. Acesso em: 5 maio 2025.

PEREIRA, M. E.; NOGUEIRA, J. R. **A arte como possibilidade de ressignificação da violência doméstica**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 2, n. 11, p. 95–115, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/ressignificacao-da-violencia>. Acesso em: 4 maio 2025.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

PEZZOLO, Dinah Bueno. **Tecidos: história, tramas, tipos e usos**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2017.

PHILIPPINI, Ângela. **Linguagens e Materiais Expressivos em Arteterapia: uso, indicações e propriedades**. Rio de Janeiro: WAK, 2018.

PHILIPPINI, Ângela. **Para Entender Arteterapia: Cartografias da Coragem**. 5. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2013.

RIBEIRO, S. T. **A mulher calada: as diversas formas de silenciamento feminino**. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, A. V. dos. **Arteterapia como forma de enfrentamento da violência doméstica**. *Revista de Terapias Expressivas e Práticas Integrativas*, v. 3, n. 1, p. 23–34, 2020. Disponível em: <https://revistas.feevale.br/index.php/terapias/article/view/2381>. Acesso em: 2 maio 2025.

SANTOS, Kátia de Oliveira; CUNHA, Vera Lúcia Trevisan de Souza e. **Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 186–199, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANTOS, Lenira Sant'Anna dos. **O feminino e o sagrado: mulheres na jornada do herói**. 4. ed. São Paulo: Ágora, 2014.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SILVEIRA, Nise da. **O mundo das imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

SINGER, June. **Psicologia analítica: uma introdução à psicologia de Jung**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

SOUZA, J. A. de. **O processo arteterapêutico como meio de empoderamento feminino**. Revista Psicologia e Saber Social, v. 7, n. 3, p. 506–517, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.v7i3.34689>. Acesso em: 6 maio 2025.

STEIN, Murray. **Jung: o mapa da alma: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TARDIVO, L. S. de L. P. C. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro: discussão a partir de dados da literatura**. Boletim do Instituto de Saúde - BIS, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 68–74, 2014. DOI: 10.52753/bis.v15i1.37406. Disponível em: . Acesso em: 2 abr. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Livro do Núcleo Judiciário da Mulher – PMDF. Disponível em: . Acesso em: 21 maio 2025.

UBAAT, s/d. Disponível em: <http://www.ubaat.org/>. Acesso em: 07 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Arteterapia como recurso terapêutico para vítimas de violência doméstica: manual de orientação**. Fortaleza: UFC, 2021. Disponível em: <https://www.ufc.br/publicacoes/manual-arteterapia-violencia-domestica.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

VIANNA, H. D. **Jung e a construção da cidadania**. São Paulo: Ágora, 2002.

**ANEXOS**

Anexo A - Primeira Ala da Mesa; Pré-História à Roma Clássica.<sup>1</sup>



---

<sup>1</sup> CHICAGO, Judy. *The Dinner Party: Restoring Women to History*. Ensaios de Judy Chicago, Frances Borzello e Jane F. Gerhard. Nova York: The Monacelli Press, 2014.

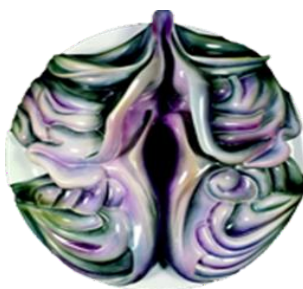
Anexo B - Segunda Ala da Mesa; Mulheres Sábias e Lidertes Antigas.<sup>2</sup>



---

<sup>2</sup> CHICAGO, Judy. *The Dinner Party: Restoring Women to History*. Ensaios de Judy Chicago, Frances Borzello e Jane F. Gerhard. Nova York: The Monacelli Press, 2014.

Anexo C - Terceira Ala da Mesa; Da Revolução Americana à Revolução das Mulheres.<sup>3</sup>



---

<sup>3</sup> CHICAGO, Judy. *The Dinner Party: Restoring Women to History*. Ensaios de Judy Chicago, Frances Borzello e Jane F. Gerhard. Nova York: The Monacelli Press, 2014.

#### Anexo D - O Conto “A Moça Tecelã”.<sup>4</sup>

Acordava ainda no escuro, como se ouvisse o sol chegando atrás das beiradas da noite. E logo sentava-se ao tear.

Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte.

Depois lãs mais vivas, quentes lãs iam tecendo hora a hora, em longo tapete que nunca acabava.

Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo. Em breve, na penumbra trazida pelas nuvens, escolhia um fio de prata, que em pontos longos abordava sobre o tecido. Leve, a chuva vinha cumprimentá-la pela janela.

Mas se durante muitos dias o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza.

Assim, jogando a lançadeira de um lado para outro e batendo as grandes pentes do tear para frente e para trás, a moça passava os seus dias.

Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe, com cuidado de escamas. E eis que o peixe estava na mesa, pronto para ser comido. Se sede vinha, suave era a lã cor de leite que entremeava o tapete. E à noite, depois de lançar seu fio de escuridão, dormia tranquila.

Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

Mas tecendo e tecendo, ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou em como seria bom ter um marido ao lado.

Não esperou o dia seguinte. Com capricho de quem tenta uma coisa nunca conhecida, começou a entremear no tapete as lãs e as cores que lhe dariam companhia. E aos poucos seu desejo foi aparecendo, chapéu emplumado, rosto barbado, corpo aprumado, sapato engraxado. Estava justamente acabando de entremear o último fio do ponto dos sapatos, quando bateram à porta.

Nem precisou abrir. O moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando em sua vida.

---

<sup>4</sup> COLASANTI, Marina. *Doze reis e a moça no labirinto do vento*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Aquela noite, deitada no ombro dele, a moça pensou nos lindos filhos que teceria para aumentar ainda mais a sua felicidade.

E feliz foi, durante algum tempo. Mas se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque tinha descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que ele poderia lhe dar.

— Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. E parecia justo, agora que eram dois. Exigiu que escolhesse as mais belas lãs cor de tijolo, fios verdes para os batentes, e pressa para a casa acontecer.

Mas pronta a casa, já não lhe pareceu suficiente. — Para quê ter casa, se podemos ter um palácio? — perguntou. Sem querer resposta imediatamente ordenou que fosse de pedra com arremates em prata. Dias e dias, semanas e meses trabalhou a moça tecendo tetos e portas, e pátios e escadas, e salas e poços. A neve caía lá fora, e ela não tinha tempo para chamar o sol. A noite chegava, e ela não tinha tempo para arrematar o dia. Tecia e entristecida, enquanto sem parar batiam os pentes acompanhando o ritmo da lançadeira.

Afinal o palácio ficou pronto. E entre tantos cômodos, o marido escolheu para ela e seu tear o mais alto quarto da mais alta torre.

— É para que ninguém saiba do tapete — ele disse. E antes de trancar a porta à chave, advertiu: — Faltam as estrebarias. E não se esqueça dos cavalos!

Sem descanso, tecia a mulher os caprichos do marido, enchendo o palácio de luxos, os cofres de moedas, as salas de criados.

Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

E tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela primeira vez pensei em como seria bom estar sozinha de novo.

Só esperou anoitecer. Levantou-se enquanto o marido dormia sonhando com novas exigências. E descalça, para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear.

Desta vez não precisou escolher linha nenhuma. Segurou a lançadeira ao contrário, e jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido. Destecer os cavalos, as carruagens, as estrebarias, os jardins. Depois desteceu os criados e o palácio e todas as maravilhas que continham.

E novamente se viu na sua casa pequena e sorriu para o jardim além da janela. A noite acabava quando o marido estranhando a cama dura acordou, e, espantado,

olhou em volta. Não teve tempo de se levantar. Ela já desfazia o desenho escuro dos sapatos, e ele viu seus pés desaparecendo, sumindo as pernas. Rápido, o nada subiu-lhe pelo corpo, tomou o peito aprumado, o chapéu emplumado.

Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte. Fim.